



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 32- Nº 623 - DE 8 A 22 DE NOVEMBRO DE 2020 - R\$ 4,00

Eleições nos Estados Unidos



Trump e Biden expõem a decomposição da democracia burguesa

Não há outra via do imperialismo senão a de sacrificar ainda mais os explorados e impulsionar a guerra comercial

Não há outra via para a classe operária norte-americana e mundial senão enfrentar os ataques da burguesia com seu programa, método de luta e organização independente

Eleições Municipais

Partidos da direita e ultradireita definiram o curso das eleições

PARTIDOS REFORMISTAS E CENTRISTAS MERGULHARAM NO PÂNTANO ELEITORAL

O Voto Nulo é a única via que expressa a luta pela independência de classe dos explorados

Crise política sobressalta os Estados Unidos

Qualquer que seja a eleição, o seu caráter de classe burguês permanece oculto. Quanto a esse conteúdo social, não importa se foi mais ou menos democrática, ou se foi limpa ou fraudada. O fundamental está em que as eleições são um instrumento da dominação de classe, por meio da democracia de classe.

A acirrada disputa entre democratas e republicanos não passa de duas variantes gerais da política burguesa, na maior potência mundial. É preciso também esclarecer que se trata de duas expressões da mais poderosa burguesia imperialista. Esse é o motivo pelo qual, em toda a parte, o noticiário tem sido dedicado em grande medida ao confronto entre Donald Trump, republicano, e Joe Biden, democrata.

No Brasil, se nota um alinhamento da grande imprensa a Biden. O governo Bolsonaro se mantém semiquieto, constrangido com a possibilidade de Trump ser derrotado – o presidente declarou apoio a Trump; os militares, a Biden. A vitória do democrata obrigará a um realinhamento político e diplomático do governo brasileiro. Soará como uma derrota do próprio presidente Bolsonaro. Essa mudança de situação evidencia os reflexos da influência do imperialismo norte-americano na política nacional. Não é novidade, uma vez que a burguesia brasileira, desde que os Estados Unidos superaram a hegemonia inglesa, passou a responder aos interesses e diretrizes norte-americanas. O que importa é a particularidade do alinhamento com o nacionalismo chauvinista de Trump, e com as tendências fascitizantes que vêm ganhando força nos últimos tempos.

Há esperança de que, com Biden, se reverterá o curso do confronto traçado por Trump. Em lugar da polarização mundial, se retomariam as relações multilaterais, que antes de Trump se processavam nos organismos internacionais, como ONU, OMC, OMS, etc. E que antes se respeitavam os acordos internacionais, como o do Clima – o mais comentado na disputa eleitoral. As divergências mundiais, que ganharam novas dimensões, após a crise de 2008-2009, se refletiram em forma de síntese na disputa eleitoral. No fundo, se encontra a crise estrutural do capitalismo, as forças desintegradoras da economia mundial, o retrocesso sofrido pelos Estados Unidos, a emergência da China, a falência da unidade europeia, e o declínio do Japão. E, portanto, a inevitável guerra comercial, que se agravou nos últimos anos, e que foi declarada por Trump como diretriz central dos Estados Unidos.

Biden se propõe a administrar os conflitos, que se tornaram inadmissíveis. Não por acaso, o cataclisma econômico, em 2008, teve como epicentro os Estados Unidos. Apesar das quebras, fechamento de postos de trabalho, e aumento do desemprego, bem como das gigantescas somas despendidas pelas potências, não se reverteu a tendência geral da crise de superprodução. E a poderosa potência, que emergiu da Segunda Guerra Mundial, não pode continuar em regressão, diante de uma China em ascensão.

Trump venceu as eleições de 2016, impulsionado pela derrocada econômica dos Estados Unidos, que explodiu nas mãos dos democratas, no primeiro mandato de Barack Obama, que

teve um segundo mandato limitado. A bandeira trumpista de “América em Primeiro Lugar” conferiu uma orientação nacional-imperialista, e uma diretriz beligerante, representando a posição de que, somente com o uso do poder econômico e da força militar, os Estados Unidos poderiam recuperar parte do terreno internacional perdido, e resolver os problemas internos. Não há como Biden modificar substancialmente essa linha.

A burguesia norte-americana está obrigada a frear o recuo de sua economia e a diminuição de sua influência comercial. O mesmo se passa com as demais potências na Europa e na Ásia. As forças produtivas superdesenvolvidas se chocam com as relações de produção, que se tornaram um obstáculo ao seu crescimento. É o que explica a prolongada crise mundial, marcada desde 2008 por recessão, baixo crescimento e estagnação. É falsa a ideia de que, com Biden, os Estados Unidos se tornarão cooperativos, menos intervencionistas e menos ameaçadores à paz mundial. Não se trata de uma boa ou má orientação econômica, de uma disposição mais ou menos beligerante, ou de uma posição democrática e outra fascitizante. Essas distinções na política burguesa e na disposição das forças econômicas estão, em última instância, determinadas pelas contradições capitalistas, que voltaram a se manifestar no pós Segunda Guerra.

O imenso apoio eleitoral obtido por Trump, abrangendo camadas sociais distintas, comprova a tese de que, se não fossem a pandemia e suas consequências econômicas, a derrota de Biden era a mais provável. A divisão das massas indica, de um lado, o receio de uma mudança de diretriz, e, de outro, a esperança de que importantes mudanças virão. Boa parte da vasta classe média urbana se deslocou para Biden, e a rural se manteve com Trump. É bem possível que a classe operária tenha sofrido uma divisão.

Os explorados, arrastados por detrás das duas variantes da burguesia imperialista, desta vez, poderão abreviar a experiência com o novo eleito, e avançar no seu terreno próprio de luta, como vêm indicando as manifestações contra a opressão racial. Sem o partido revolucionário, porém, o proletariado não tem como compreender o caráter imperialista da burguesia que a explora. Mas, caminha instintivamente para a compreensão de que o mais poderoso inimigo da luta pelo fim da opressão de classe e nacional está em seu próprio país. Os anos vindouros serão de continuidade do agravamento da luta de classes mundial. O caminho da conquista da independência de classe jamais passa por eleições. A tarefa é a de desenvolver os combates pelas reivindicações e defender no seio dos explorados a estratégia da revolução proletária.

De nosso lado, trabalhamos por levantar o Partido Operário Revolucionário, como parte da tarefa de reconstituir o Partido Mundial da Revolução Socialista. A vanguarda com consciência de classe nos Estados Unidos continuará a lutar na contracorrente das ilusões democráticas das massas. Uma posição revolucionária, marxista-leninista-trotskista, sobre as eleições, é obrigatória.

DERRUBADO O VETO SOBRE A DESONERAÇÃO

As centrais sindicais fizeram o papel de sabujos do empresariado e de imbecis, diante da disputa no Congresso Nacional, entre os parlamentares que queriam manter o veto de Bolsonaro à manutenção da desoneração da folha de pagamento, por mais um ano, e os que estavam contra. Com a desoneração, o patronato deixa de recolher a contribuição previdenciária, que era de 20%; e recolhe uma taxa muito inferior (1% a 4%). Foi beneficiado, também, com a diminuição da carga tributária, com a redução da alíquota sobre a receita bruta.

Esse mecanismo foi criado por Dilma Rousseff, em 2011, inicialmente como Medida Provisória e, depois, transformado em lei. O argumento do governo petista era de que, assim, os capitalistas seriam aliviados em sua carga tributária, e poderiam garantir empregos. A crise mundial de 2008 ameaçava arrastar o Brasil, e a burguesia fazia campanha contra a carga tributária, procurando manter a lucratividade e proteger seus capitais. Em 2013, explodiu um movimento da pequena-burguesia, que serviu de base à oposição burguesa, que se preparava para as eleições presidenciais de 2014. Dilma ganhou um segundo mandato, manteve a desoneração, e procurou atender os pleitos do grande capital, colocando, no ministério da Fazenda, Joaquim Levy, um agente do sistema financeiro. Não foi capaz de responder à derrocada econômica que, em 2015 e 2016 mergulharia o país na mais longa e profunda recessão, até então. Milhões de postos de trabalho foram fechados. O que evidenciou a farsa da desoneração como uma forma de empregar mais e evitar demissões. Dilma caiu com o golpe de Estado de 2016, e a ditadura civil de Temer herdou a crise econômica. Houve, nesse momento, a tentativa de revogar a desoneração da folha de pagamento. Dependendo do Congresso Nacional para sobreviver, Temer não teve outra saída, senão se conformar com a continuidade da desoneração.

Agora, o ministro da Economia, Paulo Guedes, voltou a pleitear o seu fim, em nome da ampliação do programa assistencial Bolsa-Família. O Congresso Nacional decidiu, ao contrário, pela vigência de mais um ano. O veto do governo não conseguiu a maioria parlamentar para se sustentar. Esse acontecimento vai abalar ainda mais a instabilidade do ministro Paulo Guedes, que já não conta com o amplo apoio do grande capital. Era previsto que haveria reação dos 17 setores da economia que se beneficiam da bondade do governo petista.

Por que, então, Bolsonaro admitiu enveredar por esse caminho? Tudo indica que o governo está tomado por um desespero, diante da quebra econômica, que se aprofundou nesse período de pandemia. Ao lado da recessão, demissões em massa e elevação da taxa de desemprego às alturas, a dívida pública foi impulsionada abruptamente a um patamar histórico. Os capitalistas internos e externos não veem condições para movimentar a produção – a não ser o setor agroindustrial

– e o governo não tem recursos para suprir a queda dos investimentos. O capital financeiro, que foi um dos pilares sobre os quais se ergueu o governo ultradireitista, vem perdendo a confiança na capacidade de Bolsonaro levar adiante as contrarreformas, apesar de ter agraciado a burguesia com a reforma previdenciária. Esperava-se, não só a realização da reforma administrativa – a tributária é a última cartada – com urgência, como também um impulso do programa de privatização. O agigantamento da dívida pública, que se expandiu em cerca

A tendência é a de se potenciarem as disputas interburguesas em torno ao orçamento, à dívida pública e à condução econômica em geral. O alinhamento das centrais sindicais com o empresariado, defendendo a derrubada do veto à desoneração, como se fosse a via de combater o governo Bolsonaro, expressa a política de conciliação de classes, que vem desorientando o proletariado, e bloqueando seus instintos de revolta.

de R\$ 600 bilhões, com o plano emergencial, se instalou como a espada de Dâmocles sobre a cabeça de Bolsonaro. O Fundo Monetário Internacional voltou a fustigar o Brasil, apontando a instabilidade do curso da dívida pública. Exigindo, portanto, a superação da passividade política do governo, no sentido de equacionar a questão do enorme déficit público, que voltou a crescer. Em outras palavras, aplicar a velha fórmula dos cortes no orçamento, privatizações e abertura da economia. Ocorre que o ministro não vê outra saída no curto prazo, senão recorrer ao aumento da carga tributária, que poderia ser com o restabelecimento da CPMF. Essa via se choca com os capitalistas em geral, e, particularmente, com setores poderosos do capital financeiro, que pleiteiam o caminho das contrarreformas e privatizações. Tudo indica que se esgotou a possibilidade de manter a taxa Selic no nível de 2% ao ano. A alta dos preços dos produtos de primeira necessidade acendeu a luz vermelha da inflação. Analistas preveem, portanto, a elevação da taxa Selic, no próximo ano. Se o Banco Central perder o controle sobre a contenção da remuneração aos credores da dívida pública, a crise econômico-financeira ganhará um ritmo de desintegração acelerada do país. É nessa situação que se configurou uma nova derrota do governo no Congresso Nacional, com o veto à desoneração da folha de pagamentos.

A tendência é a de se potenciarem as disputas interburguesas em torno ao orçamento, à dívida pública e à condução econômica em geral. O alinhamento das centrais sindicais com o empresariado, defendendo a derrubada do veto à desoneração, como se fosse a via de combater o governo Bolsonaro, expressa a política de conciliação de classes, que vem desorientando o proletariado, e bloqueando seus instintos de revolta. As direções burocratizadas e corrompidas pelo patronato procuraram disfarçar sua submissão aos interesses da burguesia, com a bandeira de prorrogação do auxílio emergencial de R\$ 600. Os mesmos capitalistas que exigem a manutenção da desoneração

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org - facebook.com/massas.por

estão contra o auxílio emergencial. São os mesmos que aplicaram a MP 936 de Bolsonaro e do Congresso Nacional, reduzindo salários e quebrando direitos. São os mesmos que demitiram milhões, a exemplo da Volks, Embraer, Renault, etc.

Os burocratas contribuíram com a farsa da defesa dos empregos, sujando ainda mais o nome dos sindicatos e da maior central, criada pela luta operária, que é a CUT. É nisso que resulta o reformismo, ditado pelo PT e seus consortes. É nisso que resulta a política que se submete às brigas internas da burguesia no interior do Congresso Nacional. Tratava-se, ao contrário, de denunciar o jogo entre o governo e os parla-

mentares, mostrando que o caminho da luta é o de pôr em pé um movimento nacional em defesa dos empregos, salários e direitos. Um movimento que derrubasse a MP 936, e que recuperasse as perdas salariais. Um movimento que mostrasse aos explorados que Bolsonaro é um governo da burguesia. E que os burgueses, que não querem contribuir com o INSS, e que trabalharam pelas reformas trabalhista e previdenciária, bem como pelo avanço da terceirização, devem ser combatidos abertamente, com o programa de reivindicação da maioria explorada, com a organização independente e com os métodos da luta de classes.

Até que enfim, independência do Banco Central (BC)

Há muito, o capital financeiro vinha pleiteando a famosa independência do BC. O Senado, por 52 votos favoráveis e 12 contra, aprovou a velha demanda. Sob o governo Bolsonaro, tudo que depõe contra a economia nacional pode acontecer. Mas, sem dúvida, não é um problema particular de governo, mas da situação em que se encontra a crise capitalista e o grau de subserviência da burguesia ao capital parasitário e ao imperialismo.

O argumento de que a autonomia do BC coloca o Brasil numa posição semelhante aos Bancos Centrais das potências, a exemplo dos Estados Unidos, é ridículo. Acoberta que o BC brasileiro ficará mais suscetível à influência da política mundial do imperialismo. O essencial da questão está em que a gigantesca dívida pública e, conseqüentemente, a absurda carga anual de juros, regulados pela Selic, estrangulam o crescimento do PIB.

O BC, formalmente dependente do governo de plantão, nunca agiu em defesa dos interesses nacionais, e sempre serviu de administrador dos interesses do capital financeiro e dos monopólios. O que se espera, com a formalização jurídica da independência, é ter uma maior liberdade para atender as exigências dos credores da dívida pública, principalmente. Segundo o presidente do Senado, a justificativa é simples: terá maior “credibilidade” diante dos “agentes econômicos”, assim, estando “livre das injunções e disputas políticas”, poderá cuidar “do controle da inflação”, que é o seu objetivo precípua.

Cabe ao BC fixar a taxa Selic. Essa tem sido a sua principal função. Dela dependem as demais funções administrativas. Eis por que tem enorme peso na economia, nos inte-

resses do grande capital e, portanto, na política. Para dourar a pílula, os senadores incluíram “duas metas acessórias”: olhar pelo crescimento econômico e pelos empregos. Não custava nada a Bolsonaro/Guedes engolir essa patacoada, para assim cumprir sua promessa de campanha presidencial. O certo é que o Senado, finalmente, se curvou diante do capital financeiro.

Em princípio, o presidente do BC será um “ministro de Estado”, portanto, independente de qualquer ministério, principalmente os da área econômica. Não obstante, os cargos fundamentais de diretoria, que incluem o presidente, continuarão sendo ditados pelo presidente da República, e referendados pelo Senado. Com essa mudança, espera-se enfrentar a turbulência da dívida pública, que condicionará rigidamente a relação do governo e Congresso Nacional com os banqueiros, credores da dívida pública, especuladores da Bolsa de Valores, doleiros e investidores externos.

É esperada a elevação da taxa Selic, que agravará o montante do endividamento. O número estratosférico manejado é de R\$ 6,533 trilhões, próximo a 90% do Produto Interno Bruto (PIB). Aí estão incluídos papéis federais, estaduais, municipais e, por incrível que pareça, o INSS. Somente a dívida federal atingiu R\$ 4,151 trilhões. Com o déficit primário (não conta os juros da dívida) de R\$ 677,4 bilhões, no período de um ano, se espera uma alta da dívida pública bruta, que ultrapassará os 100% do PIB.

O argumento de que a autonomia do BC coloca o Brasil numa posição semelhante aos Bancos Centrais das potências, a exemplo dos Estados Unidos, é ridículo. Acoberta que o BC brasileiro ficará mais suscetível à influência da política mundial do imperialismo. O essencial da questão está em que a gigantesca dívida pública e, conseqüentemente, a absurda carga anual de juros, regulados pela Selic, estrangulam o crescimento do PIB.

Nas condições de retração mundial, vigentes desde 2008, o peso do endividamento agrava o bloqueio das forças produtivas internas, que há décadas se acham estagnadas e em regressão. Os capitalistas não vão investir ou aumentar seus investimentos nas condições de superprodução, em que imperam as tendências recessivas. O Tesouro Nacional, abarrotado de títulos e cercado pela brutal carga de juros, não tem como agir no sentido contrário da estagnação e da recessão. É nesse impasse que Bolsonaro e Congresso Nacional aumentam a margem de influência do capital parasitário sobre o BC.

Adquira com o distribuidor de Massas:

SOCIALISMO OU BARBARIE

A Revolução Proletária na época do capitalismo em decomposição

O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

R\$ 35

SOCIALISMO OU BARBARIE

A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA NA ÉPOCA DO CAPITALISMO EM DECOMPOSIÇÃO

O resultado final recai sobre as massas, que enfrentam o desemprego, a pobreza e a miséria estruturais. A classe operária, dirigida por uma camarilha de vendidos, e desorganizada, não tem podido responder às manobras da política burguesa. No entanto, objetivamente, tem um programa próprio, que é o de não pagar a dívida pública, nacionalizar os bancos e centralizar as finanças nas mãos do Estado. Essa tarefa, que surge da situação concreta, somente tem como se pôr na ordem do dia por meio de um movimento revolucionário das massas.

Sabemos que o seu ponto de partida está em organizar a luta contra as demissões, pelo fim do fechamento de postos de trabalho, recuperação salarial, desmantelamento das contrarreformas e emprego a todos. Como ou sem autonomia do BC, a burguesia não tem como deter as tendências desintegradoras do capitalismo. A vanguarda com consciência de classe deve compreender a fundo tais contradições, para desenvolver a política de independência da classe operária diante de todas as variantes da política burguesa.

Mais um episódio da escabrosa novela das “rachadinhas”

Desde dezembro de 2018, Flávio Bolsonaro foi denunciado pelo que chamou de “rachadinha”, na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. O seu assessor Fabrício Queiroz foi denunciado como cúmplice. Os larápios empregavam assessores, que depois entregavam parte dos salários ao seu empregador, deputado Flávio Bolsonaro. Fabrício Queiroz, um ex-policial, amigo da família Bolsonaro, fazia o papel de pivô nesse jogo. Ainda que o relatório do Coaf e a quebra do sigilo bancário dos facínoras comprovassem a extorsão do dinheiro público, somente agora o Ministério Público conseguiu formalizar a denúncia contra Flávio, Queiroz e 15 ex-assessores.

A demora se deveu, não à falta de provas, mas aos obstáculos políticos levantados pelos Bolsonaros. O fato do presidente da República ser seu pai permite manejar homens do judiciário, da polícia e da política. A interferência da Presidência no curso da denúncia e investigações não deixou de provocar escândalos. O mais significativo foi a interferência na Polícia Federal e no ministério da Justiça e Segurança Pública. O caso se encontra até hoje parado no Supremo Tribunal Federal (STF).

Em janeiro de 2019, o ministro do STF, Luiz Fux, decidiu pela suspensão das investigações, valendo-se do argumento de foro privilegiado do ex-deputado, e agora senador. Em seguida, o ministro Marco Aurélio Mello desfez a concessão de Fux. A quebra de sigilo bancário e fiscal dos implicados na “rachadinha” aumentou ainda mais a consistência das provas. Em julho, o ministro Dias Toffoli suspendeu os processos judiciais, justificando que

houve ilegalidade no compartilhamento de dados da Receita Federal, do Coaf e do Banco Central com o Ministério Público, sem que tivesse havido autorização judicial. Entrou em cena o ministro Gilmar Mendes, que desfez a decisão de Toffoli. Em março de 2020, a desembargadora Suimei Meira Cavalieri suspendeu as investigações, o que logo foi revogado. Queiroz foi preso em julho, mas o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro lhe concedeu habeas corpus. Essa descrição confirma que se trata de uma novela escabrosa.

Flávio Bolsonaro terá, finalmente, de responder à denúncia de peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Bolsonaro ficou sabendo, com antecedência, e realizou uma reunião, em 25 de agosto, com o general Augusto Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional (GSI); Alexandre Ramagem, da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN); e advogados de Flávio. Assim, o Palácio do Planalto e as instituições de espionagem foram colocados à disposição do presidente, que necessita proteger o filho para proteger a si próprio.

O mais grave, no entanto, não é a “rachadinha”, mas sim o vínculo dos Bolsonaros com membros das milícias. Aí está a mais complicada incógnita. Se se levantasse de uma vez o véu que cobre as façanhas dos Bolsonaros, a podridão do PT diminuiria em sua dimensão. Está claro que vão dar um jeito de livrar o presidente da República de toda a responsabilidade. Mais uma vez, afirmamos que somente um tribunal popular, criado pelas massas em luta, pode apurar e condenar os crimes da burguesia.



MASSAS
EDIÇÃO ESPECIAL
1989
2019
30 anos construindo o Partido Operário Revolucionário

Adquira com nosso distribuidor

**30 anos construindo
o Partido Operário
Revolucionário (POR)**



Em meio ao circo eleitoral, o POR se dedica a agitar e propagandear o Boletim Nossa Classe. Mostra que o caminho para enfrentar as demissões, o desemprego, o rebaixamento salarial e a destruição de direitos é o da ação direta e a organização independente. No momento, chama a classe operária a rejeitar o eleitoralismo e as mentiras dos candidatos. Publicamos abaixo parte do Boletim.

Boletim Nossa Classe- novembro

Política Operária - Chega de promessas eleitorais!

Nossas reivindicações serão conquistadas por meio da luta

As eleições municipais se aproximam. Os partidos e seus candidatos tentam, de todas as formas, conseguir o voto dos trabalhadores e da juventude pobre. Comparecem nas portas de fábricas, distribuem santinhos nas casas, vão às feiras, promovem cafés nas igrejas, usam a voz chorosa para falar da miséria. Enfim, fazem de tudo para caçar votos. Essas eleições têm uma particularidade, que é a pandemia. Assim, todos os candidatos recorrem às promessas de auxílio emergencial, com diferentes rótulos: “renda cidadã”, “renda mínima”, etc. E estão obrigados a prometer mais empregos.

A classe operária e demais explorados não devem confiar em promessas eleitorais. Elas desaparecem, logo após as eleições. Devem confiar na sua capacidade de luta coletiva para defender os empregos, salários e direitos. O problema está em que as di-

reções sindicais estão empenhadas em conseguir votos para seus candidatos. Portanto, estamos desorganizados, temerosos com as demissões, e divididos entre empregados e desempregados. O que facilita a arregimentação dos explorados pelos partidos eleitoreiros.

O Boletim Nossa Classe vem chamando o Voto Nulo, e defendendo a luta direta pelos empregos, salários, direitos e saúde pública. Rejeitando as promessas eleitoreiras. Denunciando a conduta das direções sindicais, que fizeram acordo de redução salarial, suspensão de contratos e de demissões (PDV). E que agora estão de corpo e alma caçando votos. O Boletim Nossa Classe entende que a defesa do voto nulo é a defesa da independência política da classe operária, diante dos partidos patronais e daqueles que se vestem com a máscara de trabalhadores.

O surto de demissões contagia todos os setores. Como responder?

A Tribuna Metalúrgica trouxe o dado estarrecedor de destruição de 94 mil postos de trabalho na região do ABC, em pouco menos de dez anos. A denúncia veio acompanhada da política da direção do sindicato, de buscar alternativas junto aos governos e empresários. Quer que os operários acreditem que os governos e os patrões vão conter as demissões. Quer que os operários apaguem da memória os recentes acordos entre o sindicato e a patronal, em torno à MP 936, que reduziu salários, suspendeu contratos e, ainda, facilitou as demissões, por meio do PDV. Quer que apaguemos da memória o acordo de demissão de 5.000

operários da Volks. O fato é que há um surto de demissões, que vem abarcando a indústria, comércio e serviços. E que nada tem sido feito para organizar a luta coletiva. O fato é que a classe operária se encontra desarmada para responder, devido à política de conciliação de classes das direções sindicais. É hora de dar um basta aos acordos de demissão e redução de salários!

O Boletim Nossa Classe defende que os sindicatos convoquem as assembleias, para defender os empregos e salários. Que formem os comitês de empregados e desempregados. Que levanten a bandeira: “Emprego não se negocia, defende-se com luta”.

A real defesa do emprego a todos

Somos 14 milhões de desempregados. Certamente, se levar em conta o subemprego, somos mais de 30 milhões. Nenhum trabalhador pode virar as costas para essa desgraça, que atinge nossas famílias. Os burocratas dos sindicatos estão de costas para essa tragédia, porque continuam fazendo acordos de demissão, a exemplo dos PDVs, e se negam

a organizar uma luta nacional em defesa dos empregos.

Mas, a classe operária tem sua própria resposta, que é a defesa da escala móvel das horas de trabalho. Alguns companheiros perguntam: como fazer isso? Dizemos que basta fazer o cálculo das horas nacionais trabalhadas, e dividir entre todos os trabalhadores (em-

pregados e desempregados). O que quer dizer, reduzir a jornada de trabalho, sem reduzir os salários. Outros companheiros perguntam: como conseguir isso? O Boletim Nossa Classe responde: é preciso organizar um amplo movimento nacional, que se inicia no interior dos locais de trabalho, e se projeta por meio de uma poderosa greve geral.

Bolsonaro e o presidente da Petrobrás punem os lutadores

Algumas lideranças dos petroleiros vêm sofrendo perseguições, por parte da direção da Petrobrás. Como é o caso do diretor do sindicato dos petroleiros de Minas Gerais, Leonardo Auim, de Gustavo Helmold e Thiago Machado, punidos com suspensão, que vai de 25 a 5 dias. A perseguição e punição se devem ao fato de os companheiros lutarem contra a privatização da empresa, de estarem à frente da greve de fevereiro, e denunciarem o plano de Bolsonaro, de pôr fim ao

que resta da Petrobras e dos correios. Bolsonaro e o presidente da Petrobrás querem intimidar os trabalhadores, para abrir caminho à entrega definitiva desse patrimônio nacional, que é a Petrobrás.

O Boletim Nossa Classe denuncia as perseguições e punições de trabalhadores. Exige o cancelamento de todo tipo de punição. Luta pelo direito de manifestação e greve. E combate o plano bolsonarista de privatização.

Boletim Nossa Classe – Rio Grande do Norte - Rodoviários**Quebrar a intransigência do SETURN com uma greve forte e radicalizada! Nenhuma confiança na Justiça burguesa!**

Depois de várias semanas, enrolando nas mesas de negociação, sem pagar o vale-alimentação, plano de saúde, tendo demitido vários cobradores e motoristas, e recebendo como presente largas isenções fiscais de ICMS e ISS, além da MP 936, que permitiu reduzir salários, os patrões (SETURN) simplesmente não aceitaram nenhuma proposta de pagamento do plano de saúde e vale-alimentação.

É importante salientar que as propostas que foram postas no último diálogo entre SINTRO e SETURN já eram bastante rebaixadas. A desembargadora Maria do Socorro Perpétuo (TRT) apresentou uma proposta de conciliação, que consistia no repasse do plano de saúde e pagamento de 50% do vale-alimentação entre outubro e janeiro. A proposta da desembargadora já seria muito vantajosa para os patrões, pois, deixava a questão dos retroativos e o reajuste para serem negociados em janeiro de 2021, e não se falava no problema dos cobradores e motoristas demitidos. A direção do SINTRO apresentou outra proposta que pouco se diferenciava da proposta da desembargadora, apenas no que diz respeito ao percentual do vale-alimentação (de 50% para 75%).

Mesmo assim, nenhuma das propostas foram acatadas pelo SETURN, em mais uma demonstração de intransigência. Os patrões querem, a todo custo, sugar até a última gota de sangue dos trabalhadores. Tamanha prepotência do SETURN esgotou qualquer esperança de negociação, e não deixou outra saída, senão a greve.

Os rodoviários iniciam a greve já enfrentando o autoritarismo dos patrões, que contam com o auxílio da prefeitura e da Justiça burguesa para atacar o movimento.

As decisões judiciais, quando tratam de defender o trabalhador, simplesmente não são cumpridas pelos patrões, como é o caso da decisão favorável à reintegração dos cobradores demitidos da Guanabara, ou o reconhecimento da data-base no início do ano, pelo desembargador Bento Herculano. Diante da deso-

bediência dos patrões, a Justiça burguesa simplesmente fecha os olhos. Por outro lado, quando as decisões judiciais beneficiam os patrões, são cumpridas imediatamente, a exemplo dos interditos proibitórios, com ameaça de uso força policial expedidos contra a greve dos rodoviários, em junho. A atual determinação arbitrária da desembargadora Maria do Socorro, da frota da greve de 40%, quando a própria Lei de Greve estabelece a frota de emergência de 30%, é uma clara demonstração de que a Justiça mais uma vez assumiu um papel de auxiliar dos capitalistas.

Nesse sentido, a prefeitura de Natal também esteve desde o início ao lado dos patrões. Na greve anterior, entrou na Justiça pedindo a abusividade da greve. Em seguida, deu de presente a isenção do ISS para as empresas, sem cobrar nenhuma contrapartida. Na semana passada, tentou desmontar a greve, por meio de um “diálogo”, que se mostrou totalmente fajuto. E numa ação abertamente repressiva e ilegal, o prefeito Álvaro Dias dessa vez pôs a Guarda Municipal de Natal à disposição das empresas, para forçar a circulação de mais ônibus durante a greve.

O SETURN, prefeitura e Justiça estão unidos para derrotar a greve. Aos trabalhadores rodoviários, não resta outra saída, senão confiar nas suas próprias forças. Não se pode confiar no julgamento final da Justiça burguesa. Somente uma greve forte e radicalizada, com piquetes massificados, manifestações de rua e que paralise toda a frota, é que pode quebrar a intransigência do SETURN e seus aliados. É preciso também exigir, das centrais, demais sindicatos e partidos, que venham em apoio à greve. Nesse contexto de pandemia e retirada de direitos, a vitória dos rodoviários de Natal será uma vitória de todos os trabalhadores!

***Toda força à greve dos rodoviários de Natal!
Nenhuma confiança na Justiça burguesa!
Ação direta para derrotar os patrões!***

Boletim Nossa Classe – Ceará**Nestas eleições, vote nulo contra os partidos burgueses (dos patrões), e em defesa de uma Frente Única de luta por emprego, salário, direitos e saúde a todos!**

As eleições de 15 de novembro se aproximam. Os candidatos a prefeito e vereador aparecem, de repente, em todos os bairros pobres, prometendo mundos e fundos. Depois das eleições, desaparecem, como sempre. O que fica, após eleição, é a vida desgraçada para nós operários, donas de casa, juventude pobre e trabalhadores em geral. Com ou sem eleição, os salários continuam baixos, o desemprego e a superexploração em alta; retiram nossos direitos

(aposentadoria), e nos dão transporte precário e superlotado, escolas sucateadas e saúde pública arruinada. As eleições não são a saída para melhorar nossa vida, ela serve aos ricos, empresários (burgueses), que vivem do nosso trabalho e podem levar a vida de luxo que sempre tiveram. Pesquisas têm mostrado que os ricos ficaram mais ricos durante a pandemia, enquanto nós estivemos sujeitos a perder nossa renda, e expostos à contaminação.

Não há saída, senão pela revolução proletária e fim do capitalismo

Ano após ano, a situação só piora. As eleições não têm mudado nada na nossa existência. Os velhos e os novos politiquieiros ladrões que pedem seu voto são financiados pela burguesia. As eleições são um jogo de cartas marcadas. Vencem os que têm dinheiro. Os prefeitos e vereadores governam para os ricos, que mandam nas cidades. Nós, explorados, somos atacados pelas suas leis e refor-

mas malditas. As eleições são uma farsa para enganar o trabalhador. Essa ‘democracia’ é a dos ricos, não a dos explorados. A única forma dos trabalhadores se defenderem é através da luta. Somente através da ação direta (greves, manifestações etc.), defenderemos nossas condições de vida. Vote Nulo pela independência de classe dos trabalhadores! Vote nulo pela construção do Partido Operário.

Boletim Corrente Proletária Ecetista

Redução Salarial, retirada de direitos, desemprego, privatizações: nenhuma candidatura pode responder a esta situação!

Votar NULO, em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde pública!

Rejeitar o circo eleitoral das promessas! Preparar e retomar as lutas gerais!

As eleições municipais e nossa luta

A cada dois anos, se renovam as promessas eleitorais. A cada dois anos, se renovam as mentiras, com as quais todos os partidos eleitoreiros (da “esquerda” e da “direita”) buscam arrastar os trabalhadores, os pobres e os miseráveis a votar no “menos pior”.

Passadas as eleições, nada muda para melhor. Ao contrário, temos visto, nos últimos anos, as condições gerais de vida só piorarem. Os seguidos governos aprovaram a Emenda Constitucional do Teto de Gastos (EC 95/16) que retira recursos da Saúde, Educação, Infraestrutura das cidades, etc., aprovaram a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17), que destruiu completamente a CLT, aprovaram a Reforma Previdenciária (EC 103/19), que ampliou os tempos de contribuição e idade para a aposentadoria. Além dos programas de privatização e entrega de riquezas nacionais.

Estas medidas, que favoreceram o rebaixamento salarial, a destruição de direitos, o sucateamento dos serviços públicos e o aumento do desemprego e do subemprego, não são de exclusividade do governo federal, foram também aplicados nas esferas estadual e municipal por governadores e prefeitos. Agora, no entanto, prevalecem as mentiras de que a saúde, a educação, os serviços sociais e o assistencialismo podem melhorar com a eleição de vereadores e prefeitos. Todos sabemos que é uma mentira, todos sabemos o fim dessa conversa.

Nenhum candidato esteve ao nosso lado, em nossas manifestações, atos, assembleias. Agora, todos se postam como “amigos” dos trabalhadores, e em defesa de nossos direitos. Nada fizeram por nossa greve. Nada!

Mesmo partidos de esquerda alimentam estas ilusões durante as eleições. Reproduzem as mesmas promessas e se aliam, inclusive, com os partidos da direita que dizem combater, a exemplo do PT e do PCdoB, que fazem aliança, mesmo com a extrema-direita, durante as eleições municipais. Temos de rechaçar as promessas, as mentiras, e apostar apenas nas nossas forças, na retomada de nossas lutas.

Com a derrota da greve, sentimos fundo a política da direção da ECT e do governo, que seguem firmes, no objetivo de privatizar os Correios. Agora, sofremos com o rebaixamento salarial, com a retirada de direitos, como consequências diretas da quebra do Acordo Coletivo. Mais à frente, sofreremos com o desemprego em massa, que ocorrerá com a privatização da empresa estatal. Não podemos permitir que esse cenário se concretize!

Nossa tarefa é, desde já, reorganizar a nossa categoria, compreender as razões da derrota de nossa greve, e se preparar para as próximas lutas contra a empresa e o governo que nos quer explorar ainda mais.

O VOTO NULO é um voto para protestar, denunciar e rejeitar as mentiras e as promessas dos politiquieiros.

O boletim Nossa Classe, do POR, chama os ecetistas a votarem nulo, para rejeitar a farsa eleitoral e, assim, continuarem lutando contra o rebaixamento salarial, o desemprego, a retirada de direitos, a privatização.

Nesse momento, de profunda crise econômica, combinada à crise sanitária, é preciso, mais do que nunca, defender as reivindicações gerais dos trabalhadores contra os patrões e os gover-

nos, defender uma política revolucionária que se assente na luta contra o capitalismo e na defesa da estratégia própria dos explorados, que é a defesa do governo operário e camponês.

O voto nulo também é a defesa da construção dessa estratégia, e em defesa da construção do partido da revolução, que pode defender consequentemente a vida da maioria nacional contra os interesses dos capitalistas nacionais e internacionais.

A marcha da privatização dos Correios

Durante o governo Temer, foi anunciada a intenção de privatizar a ECT. O governo encerrou e, ainda nas eleições de 2018, Bolsonaro reafirmava a intenção privatista. Logo nos primeiros meses de seu mandato, trocou a direção da empresa para que um general mais alinhado ao pri-

vatismo assumisse a condução da empresa. O general Floriano Peixoto, ainda em junho de 2019, explicitou diretamente a política de enxugamento de gastos, para que a privatização ocorresse durante sua gestão.

Já em 2019, quis quebrar o ACT, o que conseguiu, com o apoio do STF, no início de 2020. Com nossa greve, o TST apoiou a ação da direção da empresa, e os ministros da Comunicação e da Economia ampliaram o discurso da privatização, o quanto mais cedo possível. O Ministro das Comunicações chegou a anunciar em setembro de 2020, durante o período de greve, que havia cinco empresas, entre nacionais e internacionais, dispostas a comprar os Correios.

No início de outubro, foi feito um contrato entre BNDES e o Consórcio Postar (formado pelas empresas Accenture do Brasil Ltda. e Machado, Meyer, Sendacz, Opine e Falcão Advogados) para realizar estudos sobre parcerias com empresas privadas, para quebrar o monopólio do serviço postal no Brasil, que hoje,



pela Constituição, ainda é da ECT. O objetivo do contrato também é apresentar as possíveis modalidades de privatização. O importante, como disse o Ministro da Economia, é se “livrar” das empresas estatais.

Esse é o percurso da privatização dos Correios que, inevitavelmente, como ocorreu com outras empresas vendidas, levará à maior exploração do trabalho e a um enxugamento no quadro de funcionários, ampliando o desemprego geral. Reorganizar a luta é a tarefa central que temos à frente.

Sabemos que as condições agora são mais difíceis. Mas, se não exigirmos das direções regionais e das direções das duas federações, FINDECT e FENECT, a retomada das discussões, a ampliação da mobilização nos locais de trabalho, não teremos apenas o rebaixamento salarial e a quebra de direitos, poderemos em breve perder nossos empregos.

Continua em pé a necessidade de que os sindicatos de nosso setor e do conjunto dos trabalhadores (as centrais sindicais, como a CUT, CTB, CSP-Conlutas) organizem um Dia Nacional de Luta, com paralisações em todos os setores, para barrar a ofensiva dos governos e dos capitalistas contra os direitos e os empregos.

A grande tarefa que temos pela frente é de preparar a retomada das lutas gerais. Todos nós devemos exigir que as Centrais Sindicais, que as Federações, que os sindicatos, que os movimentos sociais e populares, organizem um Dia Nacional de Luta, de Mobilização, de paralisação das atividades econômicas, para retomar o caminho do enfrentamento ao plano burguês de destruição de nossas vidas e de nossa força de trabalho. Este é o nosso caminho! Esta é a nossa política! Abaixo o eleitoralismo! Abaixo a conciliação de classe!

Boletim da Corrente Proletária na Educação – São Paulo

O Boletim trouxe uma Carta Aberta aos trabalhadores da educação sobre a questão do retorno às aulas. Diz que os governos estão implementando a volta às aulas, e as direções sindicais estão enganando os trabalhadores, ao propor uma “greve sanitária”, que não é greve de verdade. Isso porque o trabalhador deve, de forma individual e passiva, se recusar a ir trabalhar. É, no máximo,

uma forma de boicote à imposição do governo. O método grevista requer que os trabalhadores debatam, decidam e coloquem em prática a paralisação das atividades, atuando como força coletiva. Em outras palavras, pressupõe a aplicação da democracia operária e do método da ação direta. A Corrente Proletária tem defendido a convocação de assembleias presenciais, para que a

decisão e a ação sejam coletivas. Nessa mesma Carta, faz a campanha contra o fechamento de salas, turnos e escolas. O governo, certamente, aproveitará a passividade das direções sindicais e a desorganização dos professores para pôr em prática o seu plano de fechamento de unidades escolares. Plano este combatido pelos estudantes e professores, em 2015.

Boletim da Corrente Proletária dos funcionários de Escola

O Boletim diz que os funcionários de escola já retornaram ao trabalho. Que, durante a pandemia, Doria cortou o vale-transporte, o ticket e o auxílio noturno. Aproveitou para suspender o pagamento de férias, os pedidos de quinquênios, a licença prêmio em pecúnia, ou seja, deixou de pagar os direitos. Denuncia o miserável salário de R\$ 1.200,00, e a brutal elevação do custo de vida, o que tem levando os funcionários a viverem na penúria. Critica as demissões dos terceirizados pelas empresas que prestam serviços nas escolas. E defende a efetivação de todos os terceirizados. O Boletim denuncia a conduta servil da direção da Afuse, que se submeteu à política

burguesa do isolamento social, e está de costas aos problemas que vivem os funcionários. Conclui com duas propostas: 1) que a direção da Afuse abandone a política de colaboração com o governo, e convoque imediatamente a assembleia geral. Que haja um enorme trabalho de convocação dos funcionários, que inclui os trabalhadores terceirizados, para que a assembleia seja massiva; 2) que a parcela de funcionários mais consciente se coloque por impulsionar a organização de uma oposição classista para enfrentar o governo e combater a burocratização do sindicato, que há décadas vem sendo dirigido pelo PT.



Rodoviários realizam nova greve

Os rodoviários de Natal/RN, assim como nas demais cidades, têm sofrido violentos ataques dos patrões, justiça e governos. Neste ano, com a desculpa da pandemia, os capitalistas do transporte desconhecaram a data-base da categoria (1º de maio), demitiram todos os cobradores, cortaram o repasse do plano de saúde e vale-alimentação, aplicaram a MP 936 (suspensão de contratos e redução de jornada com redução de salários). Mantiveram a frota reduzida na pandemia, que implica redução de gastos, superlotação de ônibus, e demissão também de motoristas. Não bastando isso, as empresas receberam, como presente do governo Fátima (PT) e do prefeito Álvaro Dias (PSDB), a concessão de 50% de redução do

A cada nova greve, a cada nova negociação, fica escancarado o papel traidor da burocracia sindical.

ICMS sobre o diesel (imposto estadual), e 50% de redução do ISS (imposto municipal), sem que houvesse nenhuma contrapartida.

Apesar de tudo isso, as empresas, representadas pelo sindicato patronal SETURN, se tem mantido intransigente diante das reivindicações. Em meados de junho, o sindicato dos rodoviários (SINTRO) realizou uma greve, que durou três dias, reivindicando o pagamento do vale-alimentação e o repasse do plano de saúde, com paralisação praticamente total da frota, que foi rapidamente reprimida pela justiça burguesa e prefeitura, a serviço dos capitalistas dos transportes. Nesse momento, a direção do SINTRO se submeteu aos interditos proibitórios e à imposição dos patrões, de finalizar a greve para então negociar.

De julho para cá, os patrões (SETURN) nada fizeram além de enrolar. Vários prazos foram concedidos, para que os capitalistas respondessem à pauta do SINTRO, e logo foram desobedecidos. O último prazo, que expirava em 22 de outubro, motivou a direção do SINTRO para que realizasse uma assembleia presencial, e aprovasse o início da greve para dia 20/10, com o intuito de pressionar o SETURN para que atendessem a pauta da categoria. Portanto, uma greve subordinada ao “diálogo” fajuto do SETURN.

Com o intuito de “evitar” a greve, o prefeito Álvaro Dias, juntamente com o Ministério Público e a desembargadora Maria do Socorro Perpétuo (TRT), chamaram o SETURN e o SINTRO a uma “conversa”. Diante disso, a direção do SINTRO, apostando novamente no diálogo, suspendeu o início da greve. Na reunião, a desembargadora apresentou uma proposta de conciliação, favorável aos capitalistas, de repasse integral do plano de saúde (em torno de R\$ 100,00), e de 50% do vale-alimentação até janeiro de 2021, quando haverá nova negociação. A proposta deixa de fora a questão dos cobradores e motoristas demitidos, os retroativos e o reajuste salarial, que, segundo a desembargadora, serão tratados em nova negociação, em janeiro. A direção do SINTRO apresentou outra proposta, que pouco se diferenciava da proposta da desembargadora, apenas no que diz respeito ao percentual do vale-alimentação (de 50% para 75%). Mesmo sendo absurdamente rebaixadas, nenhuma das propostas foram acatadas pelo SETURN, em mais uma demonstração de total intransigência, o que empurrou a direção do SINTRO a iniciar a greve no dia 22 de outubro.

A greve, dessa vez, não paralisou toda a frota, obedecendo rigorosamente à determinação arbitrária da desembargadora de manutenção de 40% da frota, quando a própria Lei de Greve estabelece a frota de emergência de 30%. Apesar de tamanha

arbitrariedade, a direção do SINTRO, em uma postura de total subordinação à justiça burguesa, considerou a desembargadora como uma “aliada”. Tratou-se, portanto, de uma greve totalmente passiva, sem manifestações de rua e piquetes radicalizados, limitando-se a seguir os trâmites judiciais, e na expectativa do dissídio coletivo na justiça do trabalho. No dia 27 de outubro, em uma nova conversa, organizada pelo prefeito Álvaro Dias e a desembargadora do TRT, o SETURN finalmente acatou a proposta pró-patronal da desembargadora. Diante disso, a direção do SINTRO acatou a proposta da desembargadora e finalizou a greve, sem que se realizasse assembleia. Por meio de uma live, a direção do sindicato informou à categoria sobre a “conquista”, disse que foi um “avanço”, por ter supostamente resgatado direitos que haviam sido tirados, e reconheceu o papel do prefeito Álvaro Dias, mesmo quando o prefeito colocara a Guarda Municipal de Natal para estar dentro das garagens das empresas, servindo praticamente como uma guarda privada do SETURN durante a greve.

A política capituladora da direção do SINTRO (PT) tem levado cada vez mais a categoria ao precipício. Motoristas recebendo salários reduzidos e com direitos cortados, centenas de cobradores e outros motoristas demitidos, sem que tenha havido uma luta consequente em defesa dos direitos históricos conquistados pela categoria, e retirados do dia para a noite pelos capitalistas, sob a desculpa da pandemia. A cada nova greve, a cada nova negociação, vai ficando escancarado o papel traidor da burocracia sindical. A ausência de uma fração revolucionária na categoria, armada com o programa de luta, é o único entrave para que os rodoviários concluam a experiência com a direção do PT e constituam uma direção revolucionária, capaz de enfrentar o patronato, a justiça e os governantes.

Greve na UCI Farma

Diariamente, os operários são acometidos pelas demissões, rebaixamento salarial ou avisos de fechamento de fábricas. Têm permanecido desorganizados. As direções sindicais mantêm os descontentamentos isolados, por fábrica. O que vem ocorrendo na UCI Farma, em São Bernardo, onde estão paralisados há 60 dias, devido ao não pagamento de salários e outras irregularidades. A greve foi julgada não-abusiva pelo TRT (Tribunal Regional do Trabalho), que determinou à empresa o pagamento dos salários e estabilidade de três meses aos grevistas. No entanto, a fábrica alega que não tem como pagar, que irá demitir 35, e que terá de parcelar as verbas rescisórias em dez vezes.

A direção do sindicato dos químicos justifica que os atrasos de pagamentos e cortes de direitos ocorrem desde 2016. E que já ocorreram greves e protestos, mas a situação vem piorando. A lamentação dos dirigentes é vergonhosa. Como disseram, há 4 anos que o patronato pisoteia os operários. Estão esperando o quê? Os operários estão paralisados há dois meses, sem salários e com o facão das demissões nas costas. E a burocracia do sindicato está esperando o quê? Manter a greve isolada, para ser vencida pelo cansaço? Ou fortalecer a paralisação, convocando assembleias nas fábricas que vivem os mesmos problemas de demissão e corte de direitos, ganhando as ruas e ocupando a fábrica.

Fechamento da MWL e a proposta de cooperativa

Há meses que o patronato anunciou o fechamento da fábrica MWL, em Caçapava, que conta com 230 operários. A audiência de conciliação entre o Sindicato de São José dos Campos e a MWL, do último dia 27, terminou novamente sem acordo. Agora, o dissídio deverá seguir os trâmites na Justiça, até a divulgação da data para julgamento. Com isso, a greve dos metalúrgicos em defesa dos empregos e contra o fechamento da fábrica continua.

Diante do impasse, a direção do sindicato convocou uma manifestação no centro da cidade, objetivando chamar a atenção das autoridades e da população. A MWL tem hoje cerca de 230 trabalhadores. O sindicato, que é dirigido pela CSP-Conlutas, propôs, como saída, a possibilidade de transformar a fábrica em uma cooperativa de funcionários da MWL, sob o controle operário. Disse que o próprio Ministério

Público se manifestou favorável à proposta do Sindicato, e que a MWL desse uma declaração, colocando o maquinário como garantia do pagamento dos direitos trabalhistas.

Chama a atenção o fato da fábrica não ter sido ocupada, o que desfavorece a luta contra o fechamento. Na situação em que as demissões em massa não têm sido combatidas pelas direções sindicais, e diante do predomínio da política de conciliação de classes, se encontra a maior dificuldade, para a defesa do não fechamento e da preservação dos postos de trabalho. As direções das centrais e sindicatos tinham a obrigação de fortalecer a luta dos operários da MWL. No entanto, estão envolvidos na defesa dos empresários, como acaba de ocorrer com a manifestação em favor da desoneração da folha de pagamento. A CSP-Conlutas tem o dever de

denunciar essa política patronal, e exigir a organização de um movimento nacional pelos empregos e salários. Não o faz porque também esteve amarrada por trás da política burguesa do isolamento social.

Quanto à proposta de cooperativa, não tem possibilidade de pôr a MWL em funcionamento. As experiências com a constituição de cooperativas de operários, para manter a fábrica em funcionamento, não é de hoje. E têm sido negativas, porque as cooperativas dependem de capital, e os entraves são enormes para transformar os operários em cooperativados. A bandeira de “controle operário” da produção não se sustenta por muito tempo em uma única fábrica. Diante do fechamento, a luta deve ser a de sua estatização, como parte de um movimento geral contra o fechamento de fábricas, defesa dos empregos e implantação do controle operário.

QUAL DEVE SER A RESPOSTA AO CRESCIMENTO DO DESEMPREGO?

A crise econômica, aprofundada pela crise pandêmica, assola a vida dos trabalhadores, com uma massiva onda de desemprego. Os números apresentados pela pesquisa do IBGE, no dia 30/10, revelam a intensa destruição de forças produtivas no país. As taxas de desemprego de 14,4% (13,8 milhões) e de subutilização de 30,6% (33,3 milhões) são a maior marca histórica, desde 2012. Ou seja, são 47,1 milhões de pessoas desempregadas, no trimestre de junho a agosto desse ano.

Outro aspecto negativo tem sido a alta taxa de desemprego entre os jovens, com idade entre 18 e 24 anos. Embora o desemprego tenha aumentado para todos, entre abril e junho, para a faixa de 18 a 24 anos, atingiu 29,7%. Ou seja, essa parcela da força de trabalho, que não tem experiência e pouco estudo, dificilmente conseguirá emprego, mesmo que precário.

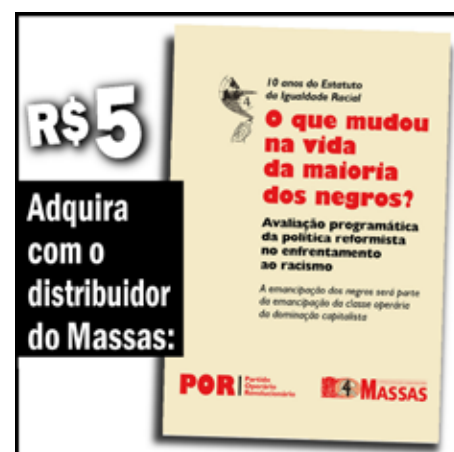
Soma-se a esse problema do desemprego, a alta do custo de vida. Segundo o Dieese, a cesta básica mais cara do país está em São Paulo, com o valor de R\$ 539,95. Portanto, para que um trabalhador, segundo o Dieese, possa sustentar uma família de quatro

pessoas, deveria receber um salário mínimo, em setembro, de R\$ 4.536,12. Como a maioria dos trabalhadores brasileiros recebe entre 1 e 2 salários mínimos de R\$ 1.045,00, gasta metade de um salário para comprar os produtos da cesta básica. Com esse quadro de elevação do desemprego e aumento de custo de vida, a maioria dos trabalhadores está sob uma corda bamba. Muitos terão de recorrer à assistência social, e outros serão arrastados para o crime.

Os politiquinhos aproveitam as eleições para prometer diferentes tipos de “auxílio emergencial”, que, certamente, se esfumaçarão logo após o pleito. E as

direções sindicais, movidas pelo eleitoralismo, acabam apenas radicalizando em palavras as promessas de mais emprego e mais “proteção aos vulneráveis”.

O Boletim Nossa Classe tem intensificado sua campanha nas portas de fábricas, para denunciar o oportunismo eleitoral, e defender os métodos que são próprios dos explorados para enfrentar o patronato e os governantes. Exige que as direções sindicais convoquem assembleias, e organizem a luta nacional em defesa dos empregos, salários e direitos. E ressaltando que serão por meio de greves, manifestações e ocupações que imporemos nossas reivindicações.



Litoral Norte

Greve dos Movimentadores da Proporto, vitória parcial

Apresentamos abaixo um breve balanço do movimento de uma parcela dos trabalhadores do Porto de São Sebastião/SP, objetivando extrair as lições para as lutas futuras.

Com a força da greve, a Proporto teve de ceder algumas reivindicações

A greve de dois dias dos movimentadores (trabalhadores do Porto, também conhecidos como “saqueiros”) conseguiu arrancar um vale-refeição de R\$ 36,40 por dia, totalizando R\$ 940,00, por mês, a mais. Contou com 100% da categoria, 240 trabalhadores contratados da empresa Proporto, que distribui a carga recebida. O estopim da greve contra a empresa se deu após a imposição do trabalho no último domingo do mês de outubro (dia 25). Na segunda e terça-feira seguintes, os trabalhadores iniciaram a greve, mesmo sem a existência do sindicato local. O sindicato dos portuários veio de Santos, na segunda-feira, dia 26, com o movimento grevista já em andamento. Os trabalhadores adotaram o método da greve ativa, permanecendo na frente do trabalho, de braços cruzados, mostrando à população a situação em que se encontravam. Somente no momento em que os trabalhadores cruzam os braços, que fazem a greve, é que percebem que a riqueza do patrão é gerada pelo trabalho duro e pesado de quem carrega a sacaria nas costas e nas cabeças.

Somente no momento em que os trabalhadores cruzam os braços, que fazem a greve, é que percebem que a riqueza do patrão é gerada pelo trabalho duro e pesado de quem carrega a sacaria nas costas e nas cabeças.

Os trabalhadores, há meses, vinham reclamando do salário miserável, das péssimas condições de trabalho com pequenos acidentes, e com uma alimentação ruim e pouca. Ninguém os ouvia. Ao contrário, alguns foram demitidos por reclamar. A ação coletiva reverteu isso. Bastaram dois dias de greve, para que o patrão viesse pessoalmente até os grevistas, parados na frente do Porto, para negociar. Quer dizer, no primeiro dia, anunciou, por mensagem, que demitiria ao menos 20 trabalhadores que faziam a greve. Mas, com o trabalho parado e o risco de multas, foi obrigado a negociar já no segundo dia. Inicialmente, o patrão chegou com seu discurso cheio de “sentimento”, querendo se passar por humilde, e com o papo furado de que não poderia dar qualquer reajuste ou benefício “por estar passando por um momento difícil, que é o da entressafra”. Afirmou, mentirosamente, que só poderia entrar em negociações dali a 15 dias. Nesse momento, o militante do POR, que participa do Fórum de Sindicatos do Litoral Norte, disse que a negociação deveria ser naquele momento, durante a paralisação, que os 15 dias de trégua serviriam para o patrão continuar enrolando, e que

só quem passa 8 horas carregado a sacaria pesada é que sabe como é duro trabalhar tanto para receber tão pouco, cerca de R\$ 1.300,00, por mês. O empresário saiu irritado e esbravejando, dizendo que não negociaria com o sindicato. No entanto, diante da carga parada nos pátios, de navios com mais cargas, que estavam para chegar, e do prejuízo que a paralisação provocou no bolso dos ricos donos da empresa, a negociação foi imposta, com a força dos trabalhadores em greve. Essa lição não pode ser esquecida, porque mostra quem de fato é importante na empresa, quem de fato gera a riqueza, quem movimenta a economia.

E o que ficou faltando? Como podemos Avançar?

Está claro que a greve obteve uma vitória, mas ainda foi uma vitória parcial, porque muitas reivindicações colocadas pelos trabalhadores ficaram de fora da negociação: o reajuste salarial, o café da manhã, a escala de folgas, o convênio médico, o treinamento, a formação da CIPA e a PLR.

Certamente, a luta não poderá encerrar aí. Os salários são miseráveis e não dá para manter uma família. A luta pela elevação do piso, pela formação da CIPA e a constituição da Comissão de Prevenção de Acidentes são direitos conquistados. O patrão se nega a oferecer treinamento dos movimentadores, alegando que é caro. Na verdade, a Proporto não quer garantir o mínimo de qualificação e segurança aos trabalhadores, para não reduzir os seus lucros. Ainda mais. É preciso denunciar a ação superexploratória da Proporto, que contrata os trabalhadores como “auxiliares de serviços gerais”, e os coloca como movimentadores de carga (cujo salário é maior). Essa manobra permite que a empresa pague este salário de fome a 240 “saqueiros”.

Os trabalhadores precisam cobrar uma posição do sindicato, em relação a esta questão. Embora não haja representação sindical local, o sindicato oficial da categoria fica em Santos. Um dos diretores do Sindicato (Sintramar), que compareceu ao movimento grevista, colocou que a saída é exigir que os movimentadores do Porto de São Sebastião recebam como os trabalhadores de Santos, por produção. Se está colocada a equiparação, é preciso lutar por ela. A greve de dois dias, com 100% de adesão, mostrou o caminho. No entanto, a tarefa agora é preparar a luta para conquistar as reivindicações que não foram atendidas. Como portuários, é preciso começar uma campanha com todo o setor portuário. A luta de todos permite impulsionar as reivindicações particulares de cada setor.

Pernambuco

SEGUNDA PLENÁRIA DA FRENTE ÚNICA

No dia 28 de novembro, foi realizada a segunda plenária do comitê classista de lutas. A pauta era a luta pela educação pública e em defesa dos empregos. O Movimento PPGE na luta levou uma proposta base de texto, discutido em grupos e plenária. Publicamos aqui alguns trechos da versão final, aprovada pelos demais participantes da Corrente Proletária na Educação, Mangue Vermelho (Nova Democracia) e FOB (anarquistas).

“O Brasil vive um processo cada vez mais acentuado de destruição do sistema público. A burguesia responde às suas crises com a ampliação do parasitismo financeiro, saque das riquezas dos países semicolônias e abertura de novos campos de valorização do capital, por meio da mercantilização e desnacionalização de direitos sociais. O marco destrutivo da Emenda Constitucional do Teto dos Gastos (EC 95), Reforma da Previdência e MP 927 será aprofundado, caso seja aprovada a Reforma Administrativa. Estas medidas reconfiguram e precarizam as condições de trabalho, salários, jornadas e férias, forma de ingresso e estabilidade. O governo trata como prioridade absoluta a política fiscal ultraliberal, destinada a garantir maior liquidez ao capital financeiro, enquanto a maior parcela do povo amarga o flagelo social, o desemprego, o subemprego, as demissões e a tormenta sanitária e econômica, em meio à pandemia do Covid-19. No campo educacional, a agenda de privatização vem sendo atualizada na Educação Básica e no Ensino Superior, pela imposição do Ensino a Distância”.

O texto, ao denunciar o privatismo do Future-se – Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores –, reconstitui os elos desta proposta do governo Bolsonaro com as bases assentadas pelo imperialismo, sob o governo militar e as contrarreformas aplicadas pelos governos anteriores e as práticas das burocracias universitárias. Aponta também a convivência das direções estudantis, que se adaptaram à coexistência do ensino público e privado. Já sob a ditadura, a UNE, ao mesmo tempo em que recusava o ensino público pago, defendia formas de financiamento estatal de vagas no sistema privado. Sob os governos do PT, a estatização e burocratização das organizações sindicais e estudantis atingiram seu patamar mais elevado, o que contribuiu para o avanço e legitimação do privatismo, revestido de medida democratizante. Relata também as formas como se dá a privatização interna das instituições públicas de ensino superior com seus impactos na formação, avaliação, ranqueamento, contratações e parcerias público-privadas.

O documento denuncia: *“O fenômeno da privatização da educação que já vinha ocorrendo a passos largos antes da pandemia está em franco processo de intensificação, sobretudo, através das estratégias de ensino remoto (EaD), viabilizadas pela adoção de pacotes tecnológicos de grandes empresas como a Google e a Microsoft. Em mapeamento divulgado no site ‘Educação Vigia’ foi demonstrado que mais de 70% das universidades públicas e secretarias estaduais firmaram algum tipo de acordo com empresas do GAFAM, acrônimo utilizado para designar as cinco principais empresas do setor (Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft)”.*

“Organizações como a Fundação Lemann ofertam serviços aos órgãos públicos como parte de suas estratégias para expansão de negócios,

seja através de novos produtos direcionados ao “mercado” educacional, seja através de serviços que lhes colocam em condições de disputar o fundo público. A interrupção do calendário escolar tem tomado espaço na agenda de poderosos grupos empresariais e entidades como o Banco Mundial (BM), que recomendou a adoção de atividades de ensino remoto, durante o período em que durar a interrupção das aulas presenciais. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)

publicou relatório com objetivo de orientar a criação de planos para continuidade das aulas durante a pandemia”.

“Estes agentes, que expressam os interesses do capital financeiro e monopolista, a pretexto da pandemia, aproveitam o momento para difundir um modelo de educação referenciado na agenda empresarial. Esse modelo aposta na introdução de ensino híbrido, como forma de barateamento da educação pública em um período de grande diminuição dos gastos públicos. O

estrangulamento das fontes orçamentárias, destinadas ao financiamento de serviços públicos, será utilizado para agudizar o discurso de crise educacional, e a tensão entre a educação presencial e a educação virtual”.

(...) “As propostas de governadores e reitorias para a Educação estão alinhadas com a resposta do Governo Federal, que não é combatida pelas direções sindicais e estudantis. Adaptaram-se ao alastramento do EaD, apenas pedindo mais inclusão digital, por meio de compras de equipamentos, pacotes de internet e bolsas assistenciais”.

“A quebra do isolamento social, que nunca atingiu a totalidade da população, se deu sob a pressão direta do poder econômico. Não teve nada de científica. A educação se converteu em uma última barreira, rumo ao ‘novo normal’. Sob a pressão do setor privado e da necessidade de liberar pais e mães para a total retomada ao trabalho, a Educação básica começou a retornar ao ensino presencial. Agarradas ao isolamento social que já não existe, as direções sindicais da educação mantêm a realização de atividades virtuais. Na prática, assembleias virtuais não são assembleias, pois, quebram a unidade entre deliberação e ação coletiva. As greves virtuais chamadas para combater o retorno às aulas presenciais também são um simulacro de greve, incapazes de opor coletivamente a categoria ao Estado, mantendo professores, pais e estudantes atomizados”.

“No Ensino Superior, a maior pressão é para que o EaD se mantenha e aprofunde, sobretudo nos marcos dos cortes orçamentários. A reitoria da UFPE anuncia que o orçamento de 2021 deve ser igual ao de 2011”.

“Não há como separar o problema da destruição da educação do problema do Trabalho. O desemprego estrutural está na raiz da condenação da maior parte da juventude à mutilação física e intelectual. Liga-se à massa de jovens que não estudam, nem trabalham, assim como às longas jornadas e precariedade daqueles que conseguem um emprego. A ofensiva privatista vem junto com a ideologia do empreendedorismo e da responsabilização do jovem por seu “projeto de vida” e fracasso”.

“Diante deste quadro, é preciso lutar por empregos a todos, com salário mínimo vital. Por educação integralmente pública, estatal, gratuita e presencial, o que se liga à necessidade de expropriar as corporações de educação e comunicação que exploram o ramo educacional. Em resposta à ingerência da burguesia e seu Estado nas Universidades e escolas, com suas consequências privatistas e ideológicas, afirmamos a necessidade de

controle do sistema de ensino por parte dos que estudam e trabalham, por meio das assembleias escolares e universitárias”.

“Uma resposta de conjunto só pode ser fruto das assembleias presenciais, que garantam a democracia e a soberania coletiva das decisões. Devem responder aos ataques à educação como parte de um plano de emergência de defesa do conjunto dos explorados, que tenha por base os empregos, salários, direitos, educação e saúde públicas”.

Além da discussão e aprovação do texto, foram destacados no debate as manifestações particulares do privatismo e destruição da educação pública nas escolas, institutos e universidades. Foram aprovadas ações conjuntas de campanha pela retomada da organização presencial das lutas para fazer frente aos ataques dos governos. Será produzido uma carta para ser distribuída em uma escola e um boletim para a UFPE, com o chamado ao rompimento da passividade.

Aprovação de Moção aos rodoviários

A plenária aprovou a “Moção de apoio ao sindicato dos rodoviários. Pelo direito irrestrito de greve e manifestação dos ro-

doviários”. Denuncia a ofensiva patronal, que instituiu multa de R\$ 30 mil reais para cada ação do sindicato. *“Isso ocorreu depois do Sindicato dos Rodoviários (Gestão o Guará) convocar atos de rua, com paralisação do trânsito, pela aprovação da Lei contra a Dupla Função (motorista/cobrador), que após muitos adiamentos foi votada pelos vereadores, e agora aguarda ser sancionada pelo prefeito”.*

A moção mostra a perseguição anterior da justiça burguesa contra a luta dos rodoviários, destaca a importância da ação direta coletiva, alvo da ofensiva patronal. Destaca as reivindicações dos trabalhadores pelos empregos, salários e direitos. E conclui: *“Diante da ofensiva patronal, manifestamos solidariedade com os/as rodoviários/as e a direção do sindicato. Este acontecimento mostra que, além de lutar pelos empregos, salários e direitos sociais, é preciso que os trabalhadores lutem pelo direito a se organizarem. Não devemos aceitar nenhuma retaliação, perseguição ou criminalização dos que lutam. É urgente um movimento geral das centrais e sindicatos para enfrentar os ataques da justiça burguesa e pôr abaixo toda a legislação antigreve”.*

Paraná

Manifestação contra a militarização das escolas

O reacionário formato “pedagógico-militar” das escolas estaduais, aprovado no Paraná pelo governador Ratinho Jr. (PSD) e a Assembleia Legislativa, é expressão da ideologia fascizante das oligarquias paranaenses, e do alinhamento do Ratinho Jr. com Bolsonaro.

Em 2019, foi aprovada a legislação que regulamenta a Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIN). Este programa, em parceria com governos dos estados, oferece apoio, com recursos financeiros federais e o envio de militares da reserva para os colégios, situados em regiões de *“vulnerabilidade social para aumentar os níveis de educação”*. A gestão escolar seria compartilhada entre um diretor civil e um militar. Este último ficaria a cargo das questões de disciplina, infraestrutura e outros. De acordo com o governo, esta seria a única diferença entre os colégios chamados militares. Nos colégios militares, a gestão toda é de militares

A meta federal seria de, até o final do governo, criar 216 escolas em todo o país, nesse modelo. Ocorre que, a toque de caixa, só no governo paranaense, se impôs o modelo cívico militar em mais de 200 de uma vez. Os professores e diretores nem ao menos foram comunicados que seus colégios foram escolhidos. Para tentar dissimular a canalhice, o governo organizou uma “consulta” entre os pais e comunidade escolar, às pressas, para aparentar um processo democrático.

A situação provocou a reação da direção do Sindicato – APP–, (que até então resistia a qualquer atividade presencial para lutar, sequer pelo salário) que, no último dia 28, convocou manifestações nas sedes dos núcleos em todo o estado. Em Curitiba, houve ocupação da sede da Secretaria da Educação, como forma de barrar esta imposição. Também entraram com processo judicial com o mesmo intuito.

A revolta somou-se ao fato de que, com a implantação desse modelo militar, muitos professores seriam demitidos. A oferta de vagas seria reduzida, pois, o ensino noturno seria extinto nesta modalidade. As aulas de artes, sociologia e filosofia seriam reduzidas, para poder entrar em seus lugares aulas como o civismo da “educação moral e cívica”, essenciais para a “formação” dos alunos, como defendeu o Presidente.

Não bastasse tudo isso, o contrato dos professores temporários (que somam cerca 20 mil professores no estado), que há anos pres-

tavam serviço nas escolas, seriam rescindidos e, em 2021, uma nova forma de contratação seria adotada: haveria concurso para apenas 4 mil temporários. Para se ter uma ideia, o último concurso para professor do estado foi em 2013, desde lá, se contrata precariamente estes profissionais, ao invés de efetivá-los para cargos de professores que faltam. O governo também irá terceirizar os serviços de limpeza e refeição dos colégios. Quer dizer, a iniciativa de militarizar as escolas da rede não é isolada dos ataques gerais à educação.

O governo se aproveita da pandemia e do imobilismo dos sindicatos para impor tais medidas. A “consulta” foi feita sem nenhuma discussão em torno das consequências de se militarizar as escolas. Dessa forma, o governo conseguiu aprovar esse engendro na quase totalidade das escolas indicadas para o novo modelo.

Trata-se, evidentemente, de uma ofensiva das oligarquias mais reacionárias, que se sentem à vontade com o governo Bolsonaro. Certamente, não responde a qualquer preocupação com melhoria da educação ou coisa parecida, pois, os defensores desse modelo não podem apontar qualquer argumento “pedagógico”. Pelo contrário, todas as manifestações em favor desse modelo enfatizam a função de “disciplinar” os jovens nas escolas como um valor importante que a presença militar garantiria. O que pretendem é ampliar e popularizar o apoio à mentalidade militarista, anticomunista, chauvinista e anticientífica.

O Partido Operário Revolucionário defende a autonomia das comunidades escolares. Que indiquem suas próprias necessidades e que as escolas sejam administradas por quem estuda e trabalha, sem ingerência militar ou do governo do Estado.

- **Contra o ensino militarizado no Paraná e nos outros Estados!**
- **Pela autonomia de gestão dos que estudam e trabalham nos colégios!**
- **É obrigação do governo enviar recursos para as escolas e efetivar os professores temporários, que há anos dão aulas nas escolas!**
- **Abaixo a política fascizante de Bolsonaro e Ratinho Jr!**

São Paulo

Bruno Covas cria vagas fantasmas nas creches

Com a justificativa de agilizar o processo de matrícula em Escolas Municipais de Educação Infantil (creche e pré-escola), e de respeitar os procedimentos de distanciamento social, decorrentes da pandemia de Covid-19, a Secretaria Municipal de Educação (SME) criou um canal de cadastro e matrículas online.

A princípio, com o preenchimento deste formulário online, as informações eram direcionadas para o sistema informatizado, que encaminhava as solicitações para as vagas disponíveis. No entanto, para a surpresa das unidades, começaram a aparecer no sistema solicitações de matrícula de várias crianças, sem que houvesse nenhuma vaga na unidade. Sem nenhuma orientação sobre estes casos, alguns diretores de escola recorreram as Diretorias Regionais de Educação (DREs), para saber como proceder a efetivação destas matrículas, já que as vagas não existiam. Obtiveram a informação de que se tratava de “matrículas na nuvem”, que bastava efetivar as matrículas, sem a necessidade de vinculá-las a uma turma específica, ou seja, a matrícula apenas irá constar no sistema como matrícula efetivada, sem que esta criança pertença a um agrupamento existente, e sem que tenha um professor.

Na prática, a SME está falsificando uma antecipação de matrículas, utilizando as vagas de unidades ainda em construção, bem como vagas do próximo ano letivo, que representam cerca de 111 mil crianças, que deixarão as creches para ocupar uma vaga nas pré-escolas (EMEI). Para isso, tem ignorado completamente a faixa etária das crianças, ou seja, está preenchendo as vagas que são de crianças da última etapa dos Centros de Educação Infantil – CEIs (minigrupo II – 3 a 4 anos) – com matrículas de bebês de 0 a 3 anos, inclusive em CEIs, que nem possuem espaço físico apropriado para atender crianças de Berçário I (0 a 1 ano).

Em algumas DREs, a exemplo do Butantã, alguns diretores se recusaram a efetivar estas matrículas, e realizaram a denúncia desta situação por meio do Conselho de Representantes de Conselho de Escola (CRECE), a fim de deliberar sobre um manifesto conjunto das escolas de Educação Infantil contra esta medida eleitoral do prefeito Bruno Covas/PSDB, dizendo que zerou a fila de espera nas creches paulistas.

É importante compreender também que esta modalidade de “matrícula na nuvem” só está sendo possível viabilizar em função de uma medida anterior, de compra de vagas na rede privada, por meio da aprovação do PL 452/2020 (agora Lei nº 17.437, de 12 de agosto de 2020), já que, com esta política de ampliação da privatização na Educação Infantil, combinada com a situação de isolamento social, houve uma diminuição da procura por vaga na rede pública direta, ao ponto de, segundo matéria publicada no jornal Estadão, em 16/10/20, a Prefeitura registrar, em Setembro/2020, apenas 6.670 bebês menores de 4 anos na fila de espera na cidade de São Paulo, quando, neste período, costumava-se registrar uma fila de espera de mais 70 mil crianças.

Esta medida eleitoral de “matrícula na nuvem” poderá provocar outros problemas:

- 1) Potenciar a formação de agrupamentos mistos de bebês de diferentes idades em uma mesma turma, o que implica a

precarização das condições de trabalho dos professores; que é diferente para cada faixa etária;

- 2) Fechamento de turmas/agrupamentos nos CEIs diretos e professores excedentes, já que parcela significativa está sendo matriculada em instituições privadas até dezembro, e não há demanda em algumas regiões para as unidades da rede direta;
- 3) Se houver retorno das aulas ainda em 2020, essas “matrículas na nuvem”, que são para 2021, segundo o secretário Bruno Caetano, poderão ser atendidas ainda este ano, se as famílias necessitarem do atendimento, ou seja, as unidades terão de viabilizar o atendimento de crianças;

(...) a especulação em torno das vagas na Educação Infantil são objetos de propaganda eleitoral. O fato é que milhares de crianças não têm vaga garantida nas creches e na educação infantil. Sem dizer que outros milhares, que completarão 4 anos no primeiro trimestre do próximo ano, foram transferidos para a educação infantil. Um verdadeiro desrespeito com as famílias e trabalhadores da Educação.

Como se vê, a especulação em torno das vagas na Educação Infantil são objetos de propaganda eleitoral. O fato é que milhares de crianças não têm vaga garantida nas creches e na educação infantil. Sem dizer que outros milhares, que completarão 4 anos no primeiro trimestre do próximo ano, foram transferidos para a educação infantil. Um verdadeiro desrespeito com as famílias e trabalhadores da Educação.

É preciso que os sindicatos da educação denunciem mais essa fraude eleitoral do governo Covas/PSDB. Defender a bandeira de abaixo a privatização na Educação Infantil! Chega de imobilismo das direções sindicais, que também estão em campanha eleitoral junto ao governo.

Atendimento domiciliar das crianças com deficiência pelas Auxiliares de Vida Escolar (A.V.E.) é eleitoral

Mais uma das propagandas veiculadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME), no final de outubro, para favorecer a campanha de Bruno Covas/PSDB, se refere, segundo depoimento do secretário Bruno Caetano ao SPTV, em 27/10/20, ao atendimento domiciliar das crianças com deficiência, por uma equipe de psicólogos, fonoaudiólogos e assistentes sociais. De acordo com os dados apresentados nesta reportagem, a ação visa a oferecer apoio as famílias quanto à aprendizagem das crianças.

No entanto, esta ação é apenas mais uma das falsificações, típicas do período de campanha eleitoral. A ação, na verdade, vem sendo realizada pelas Auxiliares de vida escolar (A.V.E.s), através de um claro desvio de suas funções profissionais, pois, estas funcionárias são contratadas pela OS SPDM (Associação

Paulista para o Desenvolvimento da Medicina), e prestam serviço nas escolas, no auxílio às crianças com deficiência, exclusivamente para aquelas que não possuem autonomia na alimentação, higiene e locomoção.

Contudo, estas funcionárias, desde o início da pandemia, com o fechamento das escolas, tiveram seus contratos suspensos por meio da MP 936. E, no início de outubro, foram convocadas pela SPDM para realizar visitas domiciliares às crianças e famílias em situação de vulnerabilidade, em uma ação que consiste no preenchimento de um formulário de entrevista com os familiares, no intuito de colher dados a respeito da saúde, estratificação de risco e a funcionalidade integral do estudante durante a pandemia.

As escolas tiveram conhecimento desta ação por meio de denúncia das próprias A.V.E.s, pois, não houve nenhuma co-

municação por parte da SME às escolas, isto por que está clara a configuração do desvio de função dessas trabalhadoras terceirizadas, que estão se submetendo à realização dessa ação, sob ameaça de perda do emprego, e utilizando, inclusive, recursos próprios para se deslocar durante as visitas domiciliares. Após questionamento das escolas, a SME anunciou a ampliação das atribuições das A.V.E.s, propostas no apostilamento do novo Plano de Trabalho entre SPDM e SME. Numa clara demonstração de que não existe nenhum direito ou garantia aos trabalhadores terceirizados, já que seus contratos podem ser alterados de acordo com os interesses entre as empresas e a prefeitura.

A Corrente Proletária defende o fim da terceirização na educação, e efetivação imediata desses profissionais. Rechaça a presença das Organizações Sociais (OS) no setor público. Estabilidade a todos os trabalhadores terceirizados!

Assembleia virtual do Sintusp aprova “greve sanitária”

No último dia 5/11, a assembleia dos funcionários da USP votou pela proposta da direção do sindicato, de greve sanitária. Qual seu conteúdo? “não comparecer às atividades presenciais não essenciais, mantendo as atividades remotas e as atividades essenciais”.

A Corrente Proletária Estudantil/POR tem defendido, desde antes do fechamento da USP pela reitoria, a ne-

deles a serem expostos à doença em seu trabalho, parte isolados em casa e com salários e jornada reduzidos, e parte demitidos. Com os trabalhadores divididos e isolados, governos e burguesia decretaram uma série de medidas antinacionais e antipopulares, com as mãos livres. Na USP, os sindicatos e o DCE não fizeram nada diferente das demais organizações de massa.

das da burguesia e dos governos afetam todos os assalariados e a juventude. O ensino a distância está sendo aplicado, marginalizando parte dos estudantes, e servindo de base para sua aplicação permanente futura. A redução salarial e as demissões se multiplicam e esmagam os assalariados em geral. A contaminação e as mortes prosseguem, ainda que em ritmo menor – centenas morrem todos os dias. Da parte da direção do Sintusp, não há proposta de unificação das lutas em defesa dos empregos, salários e saúde das massas.

O boletim do Sintusp denuncia corretamente a reitoria, que pressiona a volta ao trabalho dos funcionários sob o pretexto da “opinião pública”, enquanto disponibilizará a raia olímpica para um evento sobre barcos, iates e lanchas, com previsão de 30 mil presentes. A aglomeração favorece de fato a contaminação, mas o uso do espaço público para um evento privado e voltado à burguesia e alta classe média deve ser rechaçado como privatista. E só pode ser combatido efetivamente com mobilização. Ou alguém acha que a gritaria na internet vai pressionar a reitoria e o governo?

Os funcionários da USP devem reverter essa posição, convocar a assembleia presencial (que discute, vota e põe em prática coletivamente suas decisões), organizar seu movimento com independência política, e buscar a unidade com estudantes e professores, bem como com os explorados de fora da universidade, para combater nas ruas e defesa das reivindicações mais sentidas.

Em primeiro lugar, esta greve não é uma greve. A greve pressupõe a paralisação das atividades. A greve sanitária não vai paralisar as atividades. Preserva a divisão dos funcionários entre os que vão trabalhar e os que ficarão em casa. Mesmo estes, continuarão trabalhando, em home office. Esta medida não tem como pressionar a reitoria e o governo a nada.

cessidade de uma resposta própria dos que estudam e trabalham diante da pandemia. Defendemos que era necessária uma assembleia geral universitária, dos 3 setores, precedida de assembleias conjuntas nas unidades, de forma a discutir a situação e aprovar medidas de defesa dos estudantes, funcionários e professores, não aceitando as imposições da reitoria e do governo, e buscando a unidade com os explorados em geral, na luta por um plano emergencial próprio das massas, com independência de classe, para enfrentar a burguesia e seus governos. As direções das organizações de massa se recusaram a organizar a resposta independente, se submeteram às imposições da política burguesa de isolamento social, uma quarentena de classe, que dividiu os assalariados, jogando parte

A “greve sanitária”, aprovada pela assembleia virtual, é uma farsa, semelhante àquela proposta pela direção do sindicato de professores e judiciário em vários estados.

Em primeiro lugar, esta greve não é uma greve. A greve pressupõe a paralisação das atividades. A greve sanitária não vai paralisar as atividades. Preserva a divisão dos funcionários entre os que vão trabalhar e os que ficarão em casa. Mesmo estes, continuarão trabalhando, em home office. Esta medida não tem como pressionar a reitoria e o governo a nada. Não haverá mecanismos de defesa da decisão majoritária (piquetes, por exemplo) nas unidades. Não haverá manifestações de rua.

Em segundo lugar, é uma medida corporativista. A pandemia e as medi-

Plataforma eleitoral da UNE e UBES

A UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) e a UNE (União Nacional dos Estudantes) lançam uma Plataforma Eleitoral para a disputa municipal. Na introdução, encontra-se a explicação de que a sua formulação se deu “através de deliberação da diretoria plena das entidades”. Ou seja, sem sequer uma consulta ao conjunto dos estudantes. Sua essência é de “denúncia das mazelas”, além de servir para “apontar perspectivas do que pode ser construído por gestores e gestoras”. Em outras palavras, trata-se de um documento completamente adaptado ao jogo eleitoral burguês.

São quatorze páginas, sendo as duas primeiras de uma breve introdução, e as restantes de propostas, algumas mais abrangentes, como “criação de Programas para erradicar o Analfabetismo”, e outras bem específicas, como “disponibilização de tablets, aparelho celulares ou notebooks para estudantes de baixa renda para viabilizar acesso a conteúdos educativos em casa”. Nenhuma palavra sobre a caracterização do país, sobre o cumprimento das tarefas democráticas, sobre o papel das classes sociais, sobre a natureza do Estado, nada sobre a essência da crise do capitalismo, nada. Só um amontoado de bandeiras.

Não é o caso de esmiuçar cada uma das reivindicações da Plataforma. Cabe observar o tema que deveria ocupar o centro de qualquer pauta de reivindicações da juventude neste momento, que é a questão dos empregos, salários e condições de vida. O documento até chega a tocar no assunto: “É no cotidiano dos 5.570 municípios brasileiros que a juventude e os estudantes enfrentam as consequências de ser um dos setores que mais sofre os efeitos da crise sanitária, econômica e social. Enquanto jovens, encaramos uma taxa de desemprego entre o dobro e o triplo da média geral, e enfrentamos a violência como uma das principais causas de mortes, que atinge majoritariamente homens e mulheres negras”.

Não há uma linha de explicação sobre a raiz da “crise sanitária, econômica e social”, muito menos sobre a altíssima taxa de desemprego entre os jovens. Além de não explicar, acaba obscurecendo ainda mais a questão, na medida em que indica a falsa noção de que tais problemas são reflexos da “falta de investimentos” e, pior, da má formação dos próprios

jovens. Eis a formulação: “o novo normal pede que os poderes públicos municipais pensem no crescimento da cidade de forma responsável, com o fomento de políticas públicas que assistam os estudantes na sua formação, e que tenham a capacidade de gerar empregos e desenvolvimento sem exploração, através da Economia Solidária e Criativa”.

Nem há que se perder tempo, criticando o conceito de “Economia Solidária e Criativa”, pois, a pandemia e o brutal aumento da miséria já cumpriram a tarefa de desmascarar, mais uma vez, o quão bárbaro é o capitalismo. Vale concentrar

na ideia de que o papel das entidades estudantis seria combater o desemprego “apontando perspectivas aos gestores”, de forma a criar um “compromisso” dos candidatos com a Plataforma estudantil. Por essa via, os candidatos “compromissados” encaminhariam, através do poder público, medidas de incentivo ao desenvolvimento nacional, e auxiliariam os jovens a se prepararem para o mercado de trabalho. Nada mais falso. O desemprego e a miséria são sintomas da desagregação do modo de produção capitalista, o qual engendra a sua própria crise. As forças produtivas altamente potencia-

das se chocam com as relações de produção monopolistas, e com as fronteiras nacionais. Isto é, não há solução sob o capitalismo. Ao contrário do que têm feito as direções estudantis, era de fundamental importância que as entidades empunhassem uma plataforma de defesa dos empregos, salários e direitos, com o método da ação direta, fazendo a ligação entre essas reivindicações mais sentidas e o combate mais amplo, de caráter anticapitalista.

No entanto, a UNE e a UBES, dirigidas pelo estalinista PCdoB, passam longe dessa linha política. Estão, na verdade, na contramão dessa necessidade, chamando os jovens a participar das eleições, alimentando a ilusão nessa via. Está aí demonstrado, uma vez mais, o imperativo de a juventude forjar uma nova direção, classista e revolucionária. A Corrente Proletária Estudantil defende o voto nulo, em defesa da construção do partido revolucionário, como forma de intervir no processo, preservando a independência dos oprimidos nesse campo, o das eleições, que é dominado pela burguesia.

Ao contrário do que têm feito as direções estudantis, era de fundamental importância que as entidades empunhassem uma plataforma de defesa dos empregos, salários e direitos, com o método da ação direta, fazendo a ligação entre essas reivindicações mais sentidas e o combate mais amplo, de caráter anticapitalista.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação

n° 10
ago 2020

O novo número da revista da Corrente Proletária, se constitui em uma ferramenta ideológica e prática na luta por erguer uma nova direção para os movimentos da Educação, como parte da tarefa de construção do Partido Operário Revolucionário e reconstrução da IV Internacional, o partido mundial da revolução socialista.

São Paulo

ELEIÇÕES NO BERÇO DA CLASSE OPERÁRIA

Na região do Grande ABC (Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema, Mauá e Ribeirão Pires), assim como nas principais cidades do país, a tônica das disputas eleitorais são determinadas pelo poder econômico, com as massas se movendo mais à direita. Na região do ABC, nascedouro do PT, os partidos procuram a via da reeleição de prefeitos. O PT, por sua vez, que perdeu terreno, enfrenta dificuldades para retomar algumas prefeituras.

São Bernardo do Campo, maior município da região, e conhecido pelas grandes lutas operárias nos anos setenta e oitenta, e do petismo, se encontra golpeado pelo desemprego (fechamento de fábricas, demissão, etc.), pela dívida pública (estimada em R\$ 1,83 bilhões), e pela polarização eleitoral entre PT e PSDB, que perdura há onze anos. O candidato do PSDB, Orlando Morando (atual prefeito), não traz nada de novo, seu lema ainda é o mesmo da campanha anterior, de 2016: “enfrentar a dívida pública” - a mais elevada da região = e continuar a “luta” por educação e saúde. Em sua propaganda, ataca ferozmente o rival, atribuindo a elevada dívida à gestão petista. O PSDB, para se manter na prefeitura, armou uma enorme coligação, que vai dos partidos bolsonaristas aos de centro-direita, como DEM.

Por sua vez, a candidatura petista de Luiz Marinho (ex-ministro do Trabalho e Emprego do governo Lula) está sendo apoiada por vários partidos, PDT, PL, PCdoB, PTB e Solidariedade. Sua campanha se apoia na figura do Lula, e em seus feitos do passado. Denuncia o PSDB como responsável pelo fechamento da fábrica Ford, em 2019, e pela onda de demissões nas fábricas em tempo de pandemia, e a elevada dívida pública. Como se vê, são farpas por todos os lados.

O fato é que o PSDB e o PT, por meio do Sindicato Metalúrgico do ABC, fizeram parte do complô, que levou o fechamento da Ford. Basta lembrar a falácia montada por Doria, Morando e dirigentes petistas, de que a Ford seria comprada pela CAO, e que os empregos estariam garantidos. Basta lembrar da campanha do sindicato “#CompreUmFORD”, para assim aumentar a receita da multinacional, e persuadi-la de ficar em SBC.

Os partidos reformistas e centristas lançaram suas candidaturas, como é o caso do PSOL, que vem insistindo na “chapa coletiva”, Lourdes Souza, profª Soninha e Paulo Neves, ou seja, com mais de um nome para a Prefeitura. E o PSTU, com Claudio Donizete. Mas, as disputas estão se dando entre o PSDB e PT, com possibilidades de reeleição de Morando.

Em Santo André, o PSDB tenta a reeleição de Paulo Serra, que se mantém disparado nas pesquisas eleitorais. O segundo colocado é o candidato do PSOL, Bruno Daniel, irmão do prefeito petista Celso Daniel, que foi assassinado. O PT, que lançou a professora Bete Siqueira, vem logo abaixo.

No município de São Caetano do Sul, também o PSDB traba-

lha pela reeleição de José Auricchio. No entanto, enfrenta o crescimento eleitoral do bolsonarista Fábio Palácio, do PSD.

No caso de Mauá, o atual prefeito, que foi preso por denúncia de corrupção de desvio de verbas da merenda das escolas municipais, Átila Jacomussi, PSB, é o candidato que segue à frente nas pesquisas. Fazem parte de sua coligação, “Gente que Faz”, o PCdoB e partidos de direita, como o PL e Patriota. O candidato

do PT, Marcelo Oliveira, é o segundo colocado, mais muito abaixo do primeiro. Lamentavelmente, os explorados são arrastados por trás da reeleição do corrupto Átila. O que assistimos são centenas de jovens e desempregados, que aproveitam o momento eleitoral, para distribuir os santinhos e portar as bandeiras de candidatos, para receber alguns trocados.

Em Diadema, é a esperança de retomar o PT. O prefeito Lauro Michels, PV, foi duramente rejeitado. Assim, o candidato petista José Filippi, que já foi prefeito, segue à frente do segundo colocado, Revelino Teixeira, DEM.

A candidatura do atual prefeito de Ribeirão Pires, Kiko Teixeira (PSDB), que foi indeferida pelo STF, por ser condenado em segunda instância por fraudar licitação, conta com o apoio do PCdoB e de partidos direitistas. O segundo colocado, Clovis Volpi, se porta de “ficha limpa”, para acusar o prefeito Kiko.

Esse quadro das disputas no ABC é o retrato das eleições em todos os mu-

nicipios. Os partidos procuram a reeleição dos atuais prefeitos, como forma de manter sua base de apoio para as eleições presidenciais. O PT, que foi duramente rejeitado nas eleições de 2016, procurou lançar candidatos já conhecidos, ou por terem sido prefeitos, ou por terem disputado eleições anteriores. Recuperar alguns municípios do ABC e da grande São Paulo, foi a tática para se potencializar eleitoralmente em 2022. A chance de retomar as prefeituras de Diadema e Guarulhos vem sendo elogiada pela direção do PT. No entanto, pesa sobre o PT a sua incapacidade de defender os empregos, os salários e a saúde pública. E sua política de conciliação de classes, que submeteu os sindicatos e movimentos à política burguesa do isolamento social, deixando os capitalistas de mãos livres para impor a redução salarial e as demissões. Não pôde, assim, comparecer como uma alternativa aos planos governamentais. O que explica o maior poder dos partidos orgânicos da burguesia arregimentar o voto dos explorados.

Se de um lado, é preciso destacar a importância do ABC, por concentrar uma parte fundamental da classe operária brasileira, que esteve à frente das greves que fizeram surgir a CUT; de outro, também é preciso mostrar a profunda regressão política e organizativa que vem sofrendo esse polo operário, por conta da política de conciliação de classes de suas direções, que alimenta ilusões na democracia burguesa e em seus processos eleitorais



A defesa do voto nulo tem apenas o objetivo de delimitar a política de independência de classe da política burguesa em geral e, em particular, da política de conciliação de classes.

profundamente antidemocráticos, e sob o controle do poder econômico. Despolitizados e sob pressão dos aparatos eleitorais e das igrejas, os explorados, ora pendem para os partidos direitistas, ora para os reformistas. É o que ocorre com o crescimento eleitoral do PSDB na região, e com a tentativa do PT de retomar posições anteriores.

Como dissemos, as eleições são o campo de disputas interburguesas e, via de regra, as eleições municipais de 2020 estão marcadas pela polarização reacionária e conservadora entre partidos da direita e da extrema-direita. Com poucas exceções, partidos

considerados “de esquerda” aparecem com chances de vitória. O mesmo vale para a região do ABC.

O problema para a classe operária está em se libertar do reformismo, que controla os sindicatos e as organizações populares. Essa tarefa depende de a vanguarda com consciência de classe trabalhar no interior do proletariado, com seu programa, reivindicações, tática e estratégia próprias. A defesa do voto nulo tem apenas o objetivo de delimitar a política de independência de classe da política burguesa em geral e, em particular, da política de conciliação de classes.

Paraná

Disputa oligárquica condiciona as eleições municipais

De acordo com as pesquisas de intenção de votos, devem ser reeleitos, os atuais prefeitos, Rafael Greca (DEM) em Curitiba; Marcelo Belinati (Progressistas), em Londrina; e Ulisses Maia (PSD), em Maringá. Tudo indica que podem se reeleger inclusive no primeiro turno, tal a vantagem que os separa dos outros candidatos.

Dessa forma, em três importantes cidades do estado, a força das oligarquias políticas e econômicas, que ocuparam os governos em 2016, continuará no controle das prefeituras, com apoio do grande capital e do agronegócio.

Às famílias tradicionais, como a dos Macedo – à qual pertence Rafael Greca – que pontificam no estado desde o século XVIII, vão se agregando novas famílias, como a dos Belinati, de Londrina, e os Barros, de Maringá. O atual prefeito de Maringá, Ulisses Maia é cria da família Barros (a que pertence o líder do governo Bolsonaro na Câmara dos Deputados, Ricardo Barros), a quem serviu anteriormente.

Só excepcionalmente, outras forças ocuparam o governo por períodos curtos, como foi o caso do PT, em Londrina (Eduardo Cheida 1993-96; Nedson Micheleti 2001-08); João Claudio (2001-03) e João Ivo (2003-04), em Maringá; e Péricles de Mello (2001-04), em Ponta Grossa.

O PT, PSOL, PSTU, PCO e PCB são inexpressivos eleitoralmente, mas, comparecem completamente adaptados ao jogo eleitoral, à demagogia mais rasteira. Na medida em que parte da vanguarda ainda tem ilusões democráticas, é interessante acompanhar as formulações com que alguns desses partidos acobertam sua adaptação democratizante.

Em Maringá, nas suas “Diretrizes Programa de Governo”, o PT se compromete com um conjunto de propostas, que incluem a “gestão participativa e democrática”, mistificação utilizada já no passado, e que resultou em governos subservientes ao capital.

Aparece também a panaceia utópica do “desenvolvimento sustentável e economia solidária”, assim como o “direito à cidade”, que costuma ser arguido como alternativa à redução da tarifa dos transportes e ao passe-livre.

O PSOL tampouco escapa à demagogia eleitoral, misturada com tiradas que se pretendem radicais para preservar certa identidade de “esquerda”, como a transformação da sociedade maringense (mediante as eleições?), na perspectiva de salvar as massas trabalhadoras da opressão e exploração de classes.

Já em Londrina, a campanha do PT aposta no assistencialismo, e estimula o saudosismo do governo Lula, apresentado como a oitava maravilha para as massas. O PSOL não tem candidato a prefeito, só para vereadores. O PCB apoia as candidaturas do PSOL, mas lamenta não terem podido ressuscitar a Frente de Esquerda, se desculpando por não apoiar nenhuma candidatura a Prefeito.

Para camuflar sua adaptação, o PCB divulgou um comunicado, em que tenta “explicar” as razões que o levam a apoiar os candidatos do PSOL, onde podemos encontrar que o PCB “...se coloca nesse processo eleitoral, não por ter qualquer ilusão com a democracia burguesa, mas por não se ausentar dessa arena de luta, mesmo sabendo claramente que ela não nos privilegia”. Ou seja, não teriam qualquer ilusão, mas concluem afirmando que “...mesmo apoiando candidaturas de outro partido (PSOL), é uma das formas de luta pelo controle do poder político por parte da classe trabalhadora”. Quer dizer, rodou, rodou, mas concluiu confessando que participam das eleições com a expectativa de “controlar o poder político” da burguesia. É a mais crua confissão de revisionismo estalinista.

O Partido Operário Revolucionário defende o voto nulo contra a farsa burguesa! Em defesa das reivindicações próprias! Voto nulo pela construção do partido da revolução socialista!

Ceará - Eleições Municipais:

Novo capítulo das disputas interburguesas

As últimas pesquisas de intenção de voto indicam uma relativa virada na corrida eleitoral para a Prefeitura de Fortaleza. O candidato do atual prefeito, Roberto Cláudio, e dos Ferreira Gomes, José Sarto (PDT), que por um bom tempo esteve atrás dos candidatos Cap. Wagner (PROS) e Luizianne Lins (PT), nas pesquisas eleitorais, passou a ocupar agora o primeiro lugar nas intenções de voto. Segundo a mais recente pesquisa ibope, Sarto saltou de 16% para 29%, ao passo que Wagner e Luizianne mantiveram-se praticamente estáveis (o primeiro com uma leve queda de 1 ponto

percentual – 28% para 27% – e a segunda com subida de 1 ponto, de 23% para 24%). A pesquisa mostra também que, à proporção que aumentaram as intenções de voto em Sarto, caiu o número de indecisos (de 7% para 3%), de votos brancos/nulos (12% para 6%), e dos candidatos posicionados logo abaixo: Heitor Férrer (SD/ MDB) foi de 6% para 4%; Célio Studart (PV), de 4% para 2% e Renato Roseno (PSOL), de 3% para 2%. A alta de Sarto, que já era esperada, surpreendeu, contudo, a aliados e adversários.

Como explicar esta rápida ascensão na última semana? A re-

lativa popularidade do Prefeito Roberto Claudio (PDT) e o uso da máquina partidária da coligação, dona no maior tempo de TV e de amplos recursos, contaram bastante. Embora não façam milagres, foram suficientes para colocar o desconhecido Sarto em 3º lugar nas pesquisas. Nos últimos dias, porém, o temor de um segundo turno entre Wagner e Luizianne levou a entrada em cena do governador Camilo Santana (PT), em apoio a Sarto, e rompendo a promessa de não intervir em eleições com candidatos da mesma base em disputa. A própria campanha de Sarto abriu fogo pesado contra Luizianne, com apoio velado do PT estadual, e intensificou a propaganda anti-Wagner.

O anúncio do encontro secreto de setembro, entre Lula e Ciro, em São Paulo, articulado por Camilo, caiu como uma bomba no comitê de campanha de Luizianne. Interlocutores próximos viram nisso uma tentativa de Lula, de rifar a candidatura própria do PT como prova de boa vontade numa reaproximação com os Ferreira Gomes. A indignação do comitê de campanha foi tal que a Executiva Nacional do partido teve de articular, às pressas, uma carta de apoio à sua candidatura, assinado por figuras nacionais, como Mercadante, Dirceu, Berzoini, etc.

A possibilidade real de Luizianne ficar fora do segundo turno perturba, não apenas as suas próprias hostes municipais, como

as do PSOL. Num eventual segundo turno entre o bolsonarista Wagner e o direitista Sarto, teriam de pedir voto ao candidato dos Ferreira Gomes. Sob uma nova situação, reforça-se a pressão sobre a candidatura do PSOL, Renato Roseno. Tudo indica que a perda de sua força eleitoral se deveu à migração de sua base de apoio para o voto útil em Luizianne.

O fato de a redução do número de votos nulos/brancos e indecisos se dever à ação combinada dos aparatos eleitorais, igrejas, associações, sindicatos etc., utilizados para arregimentar massivamente os explorados por detrás das candidaturas burguesas nas eleições.

O POR comparece junto aos setores onde atua, explicando aos explorados e à vanguarda que nos encontramos frente a uma disputa interburguesa. Quem quer que vença estas eleições estará obrigado a formar um governo burguês a serviço dos capitalistas, para atacar os trabalhadores e juventude. É preciso rechaçar as candidaturas burguesas e defender a independência de classe dos oprimidos, o que significa exigir que as centrais, sindicatos e movimentos em geral convoquem uma frente única nacional de luta em defesa dos empregos, salários, direitos e saúde a todos, e que se baseie na ação direta de massas. Este é o caminho para que os explorados, sob a direção do proletariado, se independentizem dos partidos burgueses, e encontrem a via para tomada do poder e a supressão do capitalismo.

Rio Grande do Norte

Oportunismo eleitoral do PSTU, com o seu “governo de conselhos populares”

No dia 03/11, o PSTU/RN realizou uma live sobre *“Como é um governo de conselhos populares”*. O expositor explica que um governo de conselhos populares seria um governo “direto” dos trabalhadores, um governo “coletivo”, decidido por todos, por meio dos conselhos. Estes teriam seus delegados eleitos por meio de assembleias, nos bairros, locais de trabalho e estudo, e por categoria profissional, *“na proporção de um para cada mil”*, com revogabilidade de mandato. Depois, os delegados se reuniriam numa grande assembleia (conselho popular), que iria controlar e decidir sobre todo o orçamento. No conselho popular, haveria rotatividade dos delegados eleitos, *“de modo que toda a sociedade possa participar”*, e não haveria representação da burguesia. Seria um “governo barato”, pois, todo político receberia não mais que um salário de uma professora ou operário qualificado. Por fim, utiliza um exemplo de 1989, da prefeitura da cidade de Timóteo (MG), conquistada pela Convergência Socialista (PSTU, na época), como modelo de governo de conselhos populares, e diz que, se o PSTU vencesse, iria se submeter às deliberações dos conselhos populares, e exigiria que a Câmara se submetesse às decisões dos conselhos.

Aí está o esquematismo do PSTU. Propõe que um “governo ‘direto’ dos trabalhadores”, por meio de conselhos populares, seria possível a partir da eleição de um prefeito do PSTU. Ou seja, faz confusão sobre a possibilidade de criar um suposto soviete, a partir do poder executivo burguês, fruto do resultado eleitoral, aos quais a Prefeitura e Câmara, órgãos de poder burgueses, teriam de se submeter.

Segundo o Programa de Transição (IV Internacional), *“os conselhos só podem nascer onde o movimento das massas entra em um estágio abertamente revolucionário”*. Ou seja, os conselhos ou os sovietes

não têm como surgir de forma artificial, por decreto, nem fruto do resultado eleitoral, mas sim de um movimento de massas, que entra abertamente em choque com o poder burguês e suas instituições. O processo eleitoral representa justamente o contrário, que as massas ainda esperam, das instituições burguesas (Prefeitura, Câmara), a solução dos seus problemas imediatos.

O próprio exemplo utilizado pelo PSTU da prefeitura de Timóteo, em 1989, comprova justamente o contrário do que prega agora. O conselho popular, criado a partir da iniciativa do prefeito, não passou de um simulacro de poder. Não tinha poder real de se impor sobre os órgãos burgueses. Enquanto o conselho e o prefeito caminhavam juntos, o primeiro continuou existindo. Quando o conselho rompeu com a prefeitura, em virtude da repressão a uma greve de funcionários, o prefeito Geraldo Nascimento de Oliveira (até então da Convergência Socialista, logo depois expulso) conseguiu, em poucas semanas, dissolver o conselho popular, mostrando que este não tinha base real na mobilização dos explorados, mas nas ilusões democráticas sobre a Prefeitura.

No decorrer da live, um dos participantes, militante do PSTU e oriundo do movimento de bairro, exorta o partido a constituir os conselhos populares nos bairros, independentemente de processo eleitoral. Isso fez com que os demais participantes, militantes do PSTU, dessem uma guinada, no sentido de que a proposta de conselhos populares e “governo direto dos trabalhadores” não é só para as eleições, e deve ser levada para os momentos em que existam grandes enfrentamentos das massas com a burguesia, explosão social esta que estaria colocada no futuro próximo. Ocorre que o PSTU tira do bolso os tais dos conselhos, precisamente para justificar suas candidaturas.

Um outro militante chegou a dizer que “os conselhos popula-

res não nascem com essa força toda” [aludindo ao processo revolucionário russo], que “eles vão nascer ainda pequenos, mas eles têm de nascer”. Ora, se os conselhos não nascem já com a força de órgãos de poder, o que seriam então os conselhos populares impulsionados por um eventual prefeito do PSTU? Nós respondemos: esses conselhos não seriam mais do que apêndices, meramente consultivos, de um governo pequeno-burguês. As experiências do PT, em algumas prefeituras, desfizeram os sonhos reformistas da participação popular. A tentativa do PSTU de reanimar esse cadáver só confunde aqueles que não se baseiam na compreensão das experiências realizadas em torno à tese de combinar conselhos populares com governos eleitos.

A intervenção de um partido revolucionário numa eventual conquista de uma prefeitura não seria a de “governar” a máqui-

na municipal, apoiado em conselhos, mas a de escancarar para as massas, em cada situação prática, as limitações da máquina administrativa burguesa em resolver os problemas imediatos dos explorados, e dessa forma projetar a luta das massas, no sentido de destruir toda a máquina burguesa do Estado.

A live concluiu com o primeiro expositor fazendo um chamado a votar no 16, “porque cada voto nessa alternativa socialista e revolucionária fortalece a luta contra o sistema capitalista”, e que “voto útil é votar nas e nos camaradas que constroem as lutas”. Com isso, o PSTU não faz mais do que fortalecer as ilusões das massas no processo eleitoral. A luta contra o sistema capitalista se dá nas ruas, pelas reivindicações. A intervenção dos revolucionários nas eleições é apenas auxiliar, no sentido de esgotar as ilusões na democracia burguesa, e impulsionar o método da ação direta.

Recife

PSB, PT E DEM DISPUTAM QUEM MELHOR ENGANA OS EXPLORADOS

Faltam dez dias para as eleições e, desde que a campanha eleitoral se iniciou o velho roteiro encenado em todas as cidades se repete. O candidato da situação, João Campos, defende o legado de seu partido, o PSB, há doze anos no governo do estado e há 8 anos na prefeitura, prometendo melhorar algo que diz estar bom. A oposição, à esquerda e à direita, expõe as mazelas da cidade e apresenta suas soluções, que vez ou outra convergem.

Ficam em evidência os graves problemas da capital pernambucana: o déficit habitacional de 70 mil moradias, a favelização, o alto desemprego, a informalidade, miséria, desigualdade acentuada, baixa cobertura de esgotamento sanitário, a saúde precária e privatizada, a educação desigual e sucateada, a violência urbana, as discriminações e as enchentes e deslizamentos, que a cada temporada de chuvas volta a fazer vítimas. Problemas agravados pela combinação da crise econômica e pandêmica, que expôs precariedade da saúde, baixíssima testagem e alta letalidade. No âmbito do trabalho, além do fechamento de postos de trabalho e queda da renda, um a cada três recifenses tiveram de recorrer ao auxílio emergencial, totalizando mais de 500 mil pessoas.

Comprovando o peso da máquina pública e das oligarquias, a candidatura de João Campos, filho e herdeiro político de Eduardo Campos e neto de Arraes, agregou doze partidos: PSB, PDT, MDB, REDE, PCdoB, Solidariedade, PROS, PV, Avante, Republicanos, PP e PSD. Segundo a pesquisa de início de novembro, João Campos está com 31% das intenções de voto.

Marília Arraes (PT, PSOL, PTC, PMB) está com 21%, empatada tecnicamente com Mendonça Filho (DEM, PSDB, PTB e PL), com 16%, que, por sua vez, está empatado tecnicamente com a Delegada Patrícia (Podemos e Cidadania), que caiu para 14% e vê sua rejeição aumentar. Os demais candidatos tiveram 2% ou menos.

Direita e extrema-direita fragmentadas

Apesar de vários partidos do Centrão ou aliados de Bolsonaro se manterem coligados com o PSB e até mesmo estarem

na coligação de Marília, seis candidaturas se apresentam como aliadas ou defensoras do governo federal, algumas evidenciando o nome de Bolsonaro. Tentam se apoiar na elevação da popularidade do presidente após o auxílio emergencial.

O DEM emplacou a candidatura de Mendonça Filho, com a vice do mesmo partido, Priscila Krause. Coligou-se com o PSDB, PL e PTB. Mendonça apoia-se em sua atuação como Mi-

No âmbito do trabalho, além do fechamento de postos de trabalho e queda da renda, um a cada três recifenses tiveram de recorrer ao auxílio emergencial, totalizando mais de 500 mil pessoas.

nistro da Educação, mas não menciona o nome de Temer. Propaga sua Reforma do Ensino Médio, Escola em Tempo Integral e BNCC. Exalta também sua condição de vice-governador. Se apresenta como aquele que tem condições de ter melhor relação com o governo federal, sobretudo seu ministério. O pai de “Mendoncinha”, latifundiário e político que transitou da ARENA para o PDS, PFL e DEM indica as origens do grupo que sustenta esta candidatura, que agrega os usineiros e agronegócio cuja força está principalmente no interior do estado.

A Delegada Patrícia (Podemos) ganhou projeção quando o governador Paulo Câmara (PSB), investigado por corrupção, fechou a Delegacia de Crimes contra Administração e Serviços Públicos. Patrícia tentou ganhar o apoio de Moro ou Bolsonaro, mas só lhe restou o discurso lavajatista. Tem como principal articulador Daniel Coelho, oriundo de uma das famílias oligárquicas do estado.

Na extrema direita, estão as candidaturas de Coronel Feitosa (PSC), cujo vice é o Pastor Wellington, agregando na coligação Democracia Cristã e Patriota (com 2% nas intenções de voto) e de “Marco Aurélio meu amigo” (PRTB), cujo vice é o Coronel Zé Alves, seu mote é “Vamos endireitar Recife”. Ex-dirigente da Força Sindical, Marco Aurélio mescla bolsonarismo, tolerância zero, um certo estatismo e colaboração entre capital e trabalho, está com menos de 1% nas intenções de voto. O PSL de Bivar lançou o nome de Carlos Andrade Lima. E o ultrali-

beral Novo, é representado no pleito por Charbel, ambos têm 1% nas pesquisas.

Apesar de algumas diferenças, todos confluem na política de reforço do Estado policial, com maior encarceramento, legitimação da violência policial e armamento da guarda municipal e implantação das escolas cívico-militares; adotam o discurso da inovação, empreendedorismo, parcerias com o setor privado, meritocracia, governo digital, economia criativa e redução de impostos.

Atuação das esquerdas reformistas, centristas e estalinistas

Marília Arraes conseguiu vencer a resistência do PT local e lançar sua candidatura, tendo a seu favor, desta vez, a direção nacional do PT. Em 2018, sua candidatura a governadora foi abortada em nome dos arranjos nacionais do PT, que permaneceu apoiando o governo PSB. Marília iniciou sua militância no PSB, conseguindo cargos em nível estadual e municipal, em 2016 rompeu em resposta ao apoio do partido ao golpe contra Dilma. Sua campanha procura se ligar aos nomes do avô, o nacional-desenvolvimentista Arraes, e a Lula, com seu nacional-reformismo.

O PSOL, em seu curso de adaptação à política burguesa, se endireita cada vez mais. A coligação com o PT, PTC e PMB é mais um sintoma desta decomposição.

A relação entre o PT e PSB, no estado, tem oscilado bastante. Recife foi governada pelo PT de 2001 a 2012. O PSB de Eduardo Campos, que inicialmente estava junto com Lula, passou a se autonomizar, lançando candidatura própria a presidência e o PSB, após sua morte, passou a sustentar o golpe contra Dilma. Do ponto de vista da gestão, porém, há poucas diferenças entre os dois partidos. Inclusive, uma das principais críticas ao atual prefeito, chamado de capacho dos empreiteiros, deve-se ao Projeto Novo Recife, aprovado ainda no último governo petista da cidade, de João da Costa.

A plataforma da Coligação Recife inteligente (PT, PSOL, PTC e PMB) promete reduzir a desigualdade social e promover desenvolvimento por meio de políticas públicas e gestão democrática com participação social. Apresenta o Estado como promotor de igualdade de gênero, etnia, etária e orientação social. Promete um modelo de desenvolvimento para a cidade com justiça socioambiental, promovendo o bem viver e incentivando a economia solidária. Diz que seu governo vai inverter as prioridades, bem nos moldes nacional-reformistas. Não se trata de romper com a burguesia, mas prometer o impossível: conciliar os interesses das classes antagônicas e priorizar o cuidado dos mais pobres.

Situa o pleito municipal como “mais uma etapa na luta pela preservação da legalidade democrática e das conquistas sociais no Brasil, adquiridas mais fortemente ao longo de 13 anos dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff”. Reivindica as políticas públicas implantadas pelo PT, dentre elas o Pronatec e Prouni. Além disso, Marília, ao comentar o ProUni municipal, por meio do qual o PSB engorda os bolsos das corporações de educação, critica que haja um teto

nas mensalidades. Outra crítica que faz é que Geraldo Júlio tenha desarmado a guarda municipal, defendendo o rearmamento, pauta que conflui com a direita. Passando a imagem de gestora eficiente, afirma que se eleita, buscará o diálogo com Bolsonaro. Mais uma evidência da fraude montada pelo PT em 2018 de combate ao fascismo.

O PSOL, em seu curso de adaptação à política burguesa, se endireita cada vez mais. A coligação com o PT, PTC e PMB é mais um sintoma desta decomposição. A justificativa política de enfrentamento ao Bolsonarismo esconde, porém, o cálculo eleitoral de conseguir mais vereadores junto a Marília, que tem tido boa expressão eleitoral. A Resistência, corrente fruto da cisão com o PSTU, que tem defendido com unhas e dentes as frentes amplas eleitorais em torno do petismo, foi contra o lançamento de candidatura própria do PSOL. Porém, fez uma carta, em 17 de setembro, expressando “lamentação e desacordo” com as alianças com os partidos “que fazem parte do espectro do conservadorismo e da direita”. Idealiza que essa Frente de esquerda deveria ser integrada pelos movimentos sociais “em torno de uma política e programa que expressasse, pela esquerda, os anseios e necessidades dos trabalhadores e setores oprimidos recifenses”. Conclui a carta com um “fora

o PMB e PTC da Frente de Esquerda!”, porém, mantém-se fazendo campanha entusiasticamente.

PSTU e seus conselhos populares

O programa do PSTU denuncia a falsa democracia das eleições, por não poder ter acesso a TV e fundo partidário. Apresenta-se como uma alternativa socialista para o conjunto da classe trabalhadora. Clama pela unidade em torno do Fora Bolsonaro e Mourão. Propõe uma “forma totalmente diferente e democrática de governar o município através de Conselhos Populares.” Estes conselhos teriam mais poder do que a Câmara de Vereadores. Mescla a velha tese da democratização do Estado burguês com participação popular com termos que remetem às experiências de poder próprio da classe operária, como a Comuna de Paris ou soviets, com mandatos revogáveis. Trata-se de uma impostura, pois este poder próprio nunca nasceu e nunca nascerá de uma eleição burguesa, mas sim da luta revolucionária da maioria nacional oprimida.

A candidata Cláudia Ribeiro, professora municipal e dirigente da CSP-Conlutas, promete fim da privatização/terceirização saúde, estatização dos hospitais privados, e obras públicas para saneamento, creches e moradias populares. Na segurança, restringe-se à desmilitarização da PM e uma Polícia Civil Unificada “radicalmente democratizada”, com delegados e chefes concursados e eleitos diretamente pela população nas comunidades e nos bairros. Um malabarismo que expressa bem as oscilações do centrismo. Afirma que para acabar com o narcotráfico, legalizará as drogas, colocará sua distribuição sob o controle do Estado. Defende a punição exemplar a todos os agressores de mulheres. Além disso, promete acabar com a Lei de Responsabilidade Fiscal e criar uma Lei de Responsabilidade Social. Limitadamente, defende a auditoria da dívida pública e suspensão do pagamento da dívida aos banqueiros. Este conjunto de promessas contradi-

tórias mostra que o PSTU, mesmo que oscile entre momentos de maior oportunismo e outros de maior revolucionarismo verbal, é incapaz de defender a independência de classe. Ilude os trabalhadores com a possibilidade de uma eleição burguesa dar origem a um governo dos trabalhadores.

Estalinistas da UP e PCB lançam Frente de Esquerda do Recife

Esta é a primeira eleição após a Unidade Popular conquistar sua legalização. O partido é continuação do decomposto Partido Comunista Revolucionário (PCR), que ainda hoje exalta abertamente a figura de Stalin. Antes da legalização, seus militantes já lançavam candidatos e atuavam junto a partidos burgueses. Tudo indica que o lançamento da candidatura própria apenas atendeu a uma necessidade de se projetar. O PCB, não seguiu de imediato o PSOL em sua aliança com o PT. A plataforma de governo de Thiago Santos (UP) se coloca sob o objetivo de nacionalizar a campanha: Fora Bolsonaro/Mourão/Guedes, avançar na luta anticapitalista e anti-imperialista, pelo Poder Popular no rumo ao Socialismo.

Define o poder popular como a organização da classe trabalhadora e dos setores populares nos locais de trabalho, estudo e moradia, organizando a luta pelos direitos sociais, em defesa do meio ambiente, contra o racismo, o machismo, a LGBTfobia e a violência contra os povos indígenas, por meio de conselhos populares. Assim como o PSTU, não conecta a materialização de um poder “do povo” com a tática e estratégia revolucionárias e cai na vala comum da democratização do Estado. Entre suas reivindicações estão a implementação do tempo integral em todas as escolas municipais e erradicação do analfabetismo, criação do Centro de Qualificação e Inclusão Produtiva para a Mulher; e incentivo aos movimentos culturais e religiosos de matrizes africanas. Ou seja, incorpora elementos da política educacional já aplicada pelo governo PSB e difundida com a Reforma do Ensino Médio de Temer/Mendonça, cai na conversa de que o desemprego das mulheres se dá por falta de qualificação e ainda abdica da defesa de um Estado laico. Promete criar cooperativas rurais, e de metalúrgicos, mecânicos, eletricitas e industriais a serem contratadas para prestar serviços ao município. Defende concurso público para substituição de todos os terceirizados nos órgãos da prefeitura e da administração direta, o que significa a demissão dos atuais terceirizados em vez de sua efetivação. Incorpora a Agenda 21 de Desenvolvimento Sustentável. Na segurança, promete reeducar a guarda

municipal para que não seja racista e acabar com batalhão de choque.

PCO e seu desvario lulista

A candidatura do PCO foi indeferida pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PE), que alegou que o Partido da Causa Operária não tem representação na capital pernambucana e, por isso, está com a situação irregular. O partido denuncia a perseguição e arbitrariedade e recorre para manter a candidatura de Victor Assis. Sua campanha, porém, tem como objetivo principal o Fora Bolsonaro e Lula Presidente.

Na análise local, o PCO culpa o entorno de Marília pela candidatura ter se transformado em uma proposta de administrar a falida prefeitura do Recife. Diz que os apoios dos direitistas PTC e PMB e do vacilante PSOL são cavalos de Tróia da burguesia para impedir que o PT cumpra este papel.

Em defesa do voto nulo, pela construção do Partido Operário Revolucionário

As intenções de votos nulos e brancos caíram de 21% para 12%, na última pesquisa. Há desconfiança das massas em relação às candidaturas. A esquerda centrista e reformista contribui para alimentar as ilusões democráticas por meio das lideranças de bairros, movimentos sociais, sindicais e estudantis. Mesmo os partidos abertamente burgueses têm seus cabos eleitorais nos movimentos. Os malabarismos da esquerda com suas promessas contribuem para ocultar o caráter de classe das eleições. As demandas cotidianas e o combate às opressões são apresentados de forma corporativa, sobretudo nas candidaturas a vereador.

O POR, em sua condição embrionária, faz campanha nas garagens, fábricas com o Nossa Classe, defendendo que os trabalhadores não devem ter ilusões nas eleições burguesas, mas sim confiar em suas próprias forças e métodos de luta. Faz colagens de cartazes e outras campanhas em defesa das reivindicações.

do, local, nacional e internacionalmente, para que uma fração da classe operária empunhe o programa revolucionário, para criar frações revolucionárias no seio dos explorados. Sem termos esta penetração, não há como impor à burguesia o reconhecimento do partido e o lançamento de candidaturas que materializem a concepção leninista de usar as eleições como tribuna revolucionária.



O POR, em sua condição embrionária, faz campanha nas garagens, fábricas com o Nossa Classe, defendendo que os trabalhadores não devem ter ilusões nas eleições burguesas, mas sim confiar em suas próprias forças e métodos de luta. Faz colagens de cartazes e outras campanhas em defesa das reivindicações.



Ato dos 103 anos da Revolução Russa

“Não poderíamos deixar de realizar esse ato presencial devido a pandemia continuar assombrando a população”. Assim, iniciou-se a homenagem aos 103 anos da Revolução Russa. O mesmo se passou com os 80 anos do assassinato de Leon Trotsky, e os 82 anos da fundação da IV Internacional. “Não se trata de desafiar o fenômeno da natureza, mas de não se submeter à política burguesa do isolamento social, e às pressões do conjunto das organizações políticas, que se dissolveram durante a pandemia, e se posicionaram pela total desativação do movimento operário e popular. O Partido Operário Revolucionário teve claro, imediatamente, que os explorados, não apenas sofreriam com a virulência do Covid-19, mas também

com os ataques dos governos, Congresso Nacional e patronato aos salários, empregos e direitos. Não se podia, nem deixar as massas à mercê da política burguesa do isolamento social, que sabidamente iria fracassar, nem à mercê das medidas governamentais, visivelmente antioperárias e antipopulares, nem se podia virar as costas para os acordos traidores que fariam as direções sindicais, em nome da ‘defesa da vida’. De forma que esse ato expressa a luta do POR durante esses sete meses de pandemia, sem cessar e sem fraquejar”.

O responsável pela abertura pede aos presentes que acompanhassem a leitura do Manifesto “Viva os 103 anos da Revolução Russa!”, que seria aprovado

por aclamação. Abaixo o publicamos.

Em seguida, foi feita a exposição da homenagem de Lênin a Iakov Sverdlov, e ao documento “A III Internacional e seu lugar na história”. Ambos documentos foram publicados nos jornais Massas 621 e 622, como parte da campanha sobre os 103 anos. Encerradas as exposições, vários camaradas se inscreveram para falar sobre aspectos da Revolução Russa, como o papel dos soviets, a tática leninista, o acerto da posição de Lênin na questão Brest-Litovsk, a burocratização estalinista, entre outros.

O ato disciplinado e atento concluiu com a saudação **“Viva a Revolução Russa!”**.

Manifesto

Viva os 103 anos da Revolução Russa!

A revolução de 25 de outubro de 1917 se ergueu como marco das revoluções no século XX. E assim permanece no presente século. Ao romper um elo da cadeia mundial do capitalismo e da opressão imperialista, abriu a época das revoluções proletárias. Tem a mesma dimensão histórica que a da Revolução Francesa de 1789, em relação ao velho e esgotado feudalismo. Cumprida a função de desenvolvimento das forças produtivas, as relações de produção se decompõem, e devem ceder passagem a uma nova sociedade. Assim se passou com o modo de produção feudal, assim se passa com o modo de produção capitalista.

A revolução amadurece de acordo com as premissas objetivas, e se torna inevitável com a existência de uma classe revolucionária. A burguesia sepultou a sociedade dos nobres e dos servos camponeses, abrindo passagem para o capitalismo mundial. O proletariado sepultará a sociedade da burguesia e da maioria oprimida, caminhando no sentido do comunismo mundial. A classe burguesa, que liderou a revolução de 1789, e que edificou o regime de classe incomparavelmente mais avançado que os anteriores, se transformou em classe contrarrevolucionária. Há muito, sua função histórica se exauriu, devendo ceder passagem à classe revolucionária, que é o proletariado. A vigorosa classe burguesa, que derrotou a resistência da classe feudal em decomposição, atingiu o ápice do parasitismo e do supérfluo. A contradição entre as forças produtivas e as relações capitalistas de

produção alcançou um patamar, que não lhe permite encontrar saídas progressivas para as crises mundiais recorrentes.

O sistema colonial que esteve na origem do capitalismo foi substituído pelo mais vasto e poderoso sistema imperialista. As forças produtivas avançaram extraordinariamente, e as relações de produção tomaram a forma dos monopólios e do predomínio do capital financeiro. Um punhado de potências concentrou um poder de dominação, que se tornou uma potente trava às forças produtivas, presas à camisa de força dos monopólios, do capital financeiro parasitário, e do domínio imperialista sobre a imensa maioria de nações atrasadas, empobrecidas, rigidamente subordinadas e saqueadas.

As disputas, guerras e opressão colonial serviram à burguesia para expandir as forças produtivas mundiais. Ao contrário se passa com a fase imperialista, cujas disputas, guerras e saques expressam a impossibilidade de desenvolver as forças produtivas, o seu extremo amadurecimento, e a sua decomposição. É nessas condições que se desenvolveram e se desenvolvem os antagonismos de classe, fundamentalmente, entre a burguesia decadente e o proletariado vigoroso.

As premissas materiais e históricas das revoluções proletárias chegaram ao início do século XX prontas e acabadas. A Primeira Guerra Mundial se constituiu na expressão mais ampla e profunda do choque entre as forças produtivas e as relações de

produção, na fase imperialista do capitalismo. Sua função primordial foi a de destruir parte das forças produtivas, das quais fazem parte a força de trabalho, e impor uma nova partilha do mundo entre as potências, e novas condições de saque das nações oprimidas.

A revolução democrático-burguesa na Rússia se gestou antes da conflagração da guerra imperialista, mas foi a revolução proletária que encarnou as condições materiais e históricas da transformação social, necessária para libertar as forças produtivas da camisa de força da propriedade capitalista, e da dominação parasitária da burguesia. O socialismo científico de Marx e Engels previa a revolução socialista nos países capitalistas avançados da Europa, como início da passagem do capitalismo ao comunismo. O fato de a primeira revolução vitoriosa ter ocorrido na Rússia semifeudal, que tinha de realizar a revolução democrático-burguesa, evidenciou o amadurecimento das premissas mundiais do capitalismo imperialista para as revoluções proletárias. A revolução democrática, iniciada em 1905, concluiu em fevereiro de 1917, abrindo caminho imediato para a revolução proletária de outubro desse mesmo ano.

O governo burguês provisório não tinha como cumprir as tarefas democráticas da revolução, subordinado que estava aos interesses dos latifundiários, e às forças imperialistas em guerra. A conclusão do movimento de 1905, com a derrubada da monarquia e constituição do poder burguês, em fevereiro de 1917, pela ação das massas operárias e camponesas, com ampla participação de soldados e marinheiros, pôs em marcha a revolução proletária e a contrarrevolução burguesa. A derrota do governo burguês somente foi possível devido a que o proletariado se encontrava sob a direção do partido bolchevique.

A revolução proletária é uma criação das massas em luta contra a burguesia, mas a chave de seu triunfo está com o partido marxista. A história da Revolução Russa traz em suas entranhas a história da formação e consolidação do bolchevismo, que, por sua vez, expressa a luta encarnizada de Lênin contra as tendências revisionistas e oportunistas do marxismo. Estabeleceu-se uma guerra de posições programáticas, ideológicas, políticas e organizativas, no seio do proletariado e de suas organizações de massa. A revolução proletária gestou a democracia própria dos explorados. A criação dos soviets (conselhos), na revolução de 1905, indicou aos marxistas russos que seriam a organização mais elevada das massas em luta. A reação conseguiu dispersar a organização soviética, mas não a eliminar. O seu reaparecimento na revolução de fevereiro alcançou a forma mais avançada do duplo poder. Os bolcheviques removeram, no combate programático, a trava dos mencheviques e socialistas revolucionários, no seio dos soviets, o que

possibilitou unir os explorados em torno à estratégia da tomada do poder, da insurreição armada, e da guerra civil. Os soviets, portanto, constituíram a base organizativa e o pilar da democracia das massas, sobre os quais se estabeleceu a ditadura do proletariado.

Outras revoluções ocorreram. A que mais se projetou internacionalmente foi a Revolução Chinesa, trinta e dois anos depois. Camaradas, todas as revoluções trazem inestimáveis lições, que servem a outras revoluções. A Revolução Russa, porém, se destaca, não apenas por ser o prólogo da revolução mundial, mas também por revelar mais amplamente as leis das revoluções proletárias.

O socialismo científico de Marx e Engels foi rigorosamente aplicado pelos bolcheviques, sob a condução teórica e programática de Lênin. É justo reconhecer o vínculo mais rigoroso de continuidade do marxismo no leninismo. É o que Trotsky – um dos mais firmes discípulos de Marx e Engels, e um dos revolucionários mais dedicados à causa do proletariado – reconheceu, afirmou e nos deixou como legado, em sua luta contra o revisionismo estalinista, e em favor do internacionalismo.

Evidentemente, o leninismo se forjou no seio da classe operária e da luta política contra o oportunismo, esquerdismo e revisionismo, bem como no interior das conquistas gerais do marxismo, para as quais contribuíram vários revolucionários russos e de outras latitudes. É nesse preciso sentido que Trotsky explica que, sem Lênin à frente do partido, dificilmente a revolução triunfaria naquele momento.

A teoria e o programa da revolução socialista na Rússia deram um salto à frente, tendo por condição histórica a etapa imperialista de decomposição do capitalismo, e ganhou materialidade em sua aplicação nas condições particulares do desenvolvimento do país. A obra de

expropriação da burguesia, transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social, e ruptura na cadeia de opressão imperialista, realizada pelo proletariado à frente dos camponeses pobres, abriga em suas entranhas a teoria, o programa e a tática revolucionários.

Camaradas, nosso reconhecimento da Revolução Russa tem implicação prática, na elaboração do programa da revolução no Brasil e, assim, na construção do POR, e na edificação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional. O internacionalismo proletário é o pilar de sustentação do marxismo e de qualquer revolução em nossa época.

Não houve outra revolução socialista, que tivesse no centro de seu programa o objetivo estratégico da revolução mundial, com tanta clareza e precisão em suas formulações, como a de Outubro de 1917. Nenhum partido pôde enfrentar o revisionismo socialchauvinista como o bolchevique, sob a condução de



Evidentemente, o leninismo se forjou no seio da classe operária e da luta política contra o oportunismo, esquerdismo e revisionismo, bem como no interior das conquistas gerais do marxismo, para as quais contribuíram vários revolucionários russos e de outras latitudes. É nesse preciso sentido que Trotsky explica que, sem Lênin à frente do partido, dificilmente a revolução triunfaria naquele momento.

Lênin. A falência da II Internacional e o nascimento da III Internacional estão intimamente ligados à Revolução Russa e ao marxismo-leninismo. Antes mesmo que a revolução triunfasse, Lênin compreendeu e lutou pela fundação de uma nova Internacional, livre do oportunismo e dos traidores da revolução mundial.

Em março de 1919, Moscou, nascia a mais avançada Internacional, assentada na vitória da revolução proletária. Seus Primeiros Quatro Congressos, sob a direção de Lênin e Trotsky, formularam o programa da revolução mundial, seguindo rigorosamente o socialismo científico de Marx e Engels. Camaradas, em maio de 1943, pouco antes da Conferência de Teerã, que discutiria a partilha do mundo após a Segunda Guerra Mundial, a camarilha de Stalin decidiu dissolver a III Internacional. A vitória mais

Trotsky se agiganta na defesa da continuidade do leninismo, em luta de morte contra o estalinismo revisionista e restauracionista.

importante da aliança imperialista vencedora, sob a hegemonia dos Estados Unidos, foi a de obter, da ditadura termidoriana, a entrega da trincheira mais avançada do proletariado mundial aos mais poderosos inimigos. Assinalava-se assim que o Partido Comunista Russo, estalinizado, iria às últimas consequências na política de colaboração de classes em todo o mundo, e impulsional a restauração capitalista, sob a máscara da construção do “socialismo em um só país”.

Trotsky se agiganta na defesa da continuidade do leninismo, em luta de morte contra o estalinismo revisionista e restauracionista. O seu imenso lugar na revolução se eleva com sua oposição à burocratização do Estado operário, à completa deformação do bolchevismo, e à desfiguração da III Internacional. A exemplo de Lênin, compreendeu e lutou pela continuidade do internacionalismo, colocando-se pela fundação da IV Internacional, que nasceu em setembro de 1938, portanto, 5 anos antes da dissolução da III Internacional. O combate cerrado ao nacionalismo estalinista e a elevação das teses do internacionalismo soldaram definitivamente Trotsky a Lênin. É justa e precisa a linhagem histórica do marxismo-leninismo-trotskismo.

Camaradas, não se pode reivindicar a Revolução Russa, sem assumir plenamente essa linhagem. A restauração se impôs, destruindo a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Em toda a parte, as conquistas históricas do proletariado retrocederam a favor do capitalismo em decomposição. Instalou-se a mais profunda crise de direção revolucionária, que inevitavelmente levou à desintegração organizativa da IV Internacional.

Não poderia ocorrer maior retrocesso do movimento mundial do proletariado, que a liquidação da III Internacional e a impossibilidade da IV Internacional se afirmar.

Vemos claramente que o capitalismo vem sendo salvo pelo curso da barbárie, que expressa a destruição maciça de forças produtivas. Desde a crise de 2008, a economia mundial se desintegra, cresce o desemprego, e a fome se espalha, até nos países mais avançados. Os 103 anos da Revolução Russa transcorrem no momento em que as massas arcam com a fulminante pandemia, que nos faz lembrar a recomendação de Lênin sobre a erradicação da febre tifoide, que foi a de trabalhar para levantar os explorados contra o capitalismo, e marchar rumo à revolução proletária.

Camaradas, não temos dúvidas de que esse momento trágico serve para evidenciar o sentido histórico mais profundo da crise de direção, que vem resultando na desorientação da classe operária e dos demais explorados, que, em todo o mundo, estão obrigados a reagir perante o avanço da barbárie. Não há como não reconhecer que o capitalismo mergulhou na mais profunda crise do pós Segunda Guerra Mundial, como ocorreu com o pós Primeira Guerra. Assim se passa, porque as forças produtivas foram por se libertar das relações capitalistas de produção. Enquanto não se libertarem, continuarão se chocar objetivamente com a propriedade monopolista e com as fronteiras nacionais, resultando em crises, cada vez mais amplas e graves. Somente a revolução mundial, que começa em um determinado país, pode resolver essa contradição histórica. A Revolução Russa deu início a esse processo. Sua derrocada, sob as forças restauracionistas, vem retardando as mudanças necessárias. Mas, faz parte das dores do parto, como reconhecem os marxistas.

Camaradas, saudamos, no dia de hoje, os 103 anos da Revolução Russa, com o compromisso de pôr em pé o partido marxista-leninista-trotskista no Brasil, como parte da tarefa de reconstituir o Partido Mundial da Revolução Socialista, destruído com a liquidação da III Internacional.

***Viva a Revolução Russa!
Viva o internacionalismo proletário!
Viva a III Internacional dos Primeiros
Quatro Congressos!
Viva a IV Internacional!
Enterremos o capitalismo putrefato com as
revoluções proletárias!***

1 de novembro de 2020

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato.

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR

Nesta edição:

- **Chile:** Pronunciamento do CERQUI - A farsa da reforma constitucional não poderá deter a rebelião popular.
- **Chile:** Os centristas e o plesbicito do Chile.
- **Bolívia:** A democracia burguesa, uma hipócrita ficção, inviável nos países atrasados como a Bolívia.
- **Argentina:** A Frente de Todos, valente contra os sem-teto e covarde diante das imposições do grande capital.
- **Polônia:** Tendências de luta das massas polonesas.
- **EUA:** Combater o novo governo no campo da luta de classes.
- *Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique.*



Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Pronunciamento do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional sobre o plebiscito no Chile

A farsa da reforma constitucional não poderá deter a rebelião popular. Abaixo Piñera!

O plebiscito e a reforma da Constituição são um engendro da aliança entre o governo e a oposição, com a finalidade de desativar, dividir e brechar a extraordinária rebelião popular de outubro de 2019, levando-a ao terreno eleitoral.

A rebelião se levantou contra Piñera, seu governo e contra todo o regime decadente e apodrecido, contra os politiqueiros burgueses com seus partidos e instituições, contra a enorme concentração econômica nas mãos de um punhado de empresários.

Análise das eleições

Essas eleições ocorreram enquanto milhares de manifestantes continuavam presos, por terem protagonizado aquelas lutas, com várias centenas de mutilados nos olhos, de feridos e inúmeros mortos.

A quantidade de votantes não chegou a 50% dos habilitados. Somados ao pequeno percentual de votos nulos e brancos, indicam que boa parte da população rejeitou a farsa, especialmente os mais jovens.

Dos 15 milhões de habilitados, participaram 7,5 milhões. 78,3% votaram por reformar a Constituição, o que indica uma forte rejeição eleitoral à Constituição vigente. O fato de também terem votado contra a participação dos parlamentares no processo de reforma é uma forma de rejeitar o Congresso e a oposição parlamentar.

Boa parte desses votantes tampouco tem qualquer ilusão de que a Convenção possa liquidar a Constituição de Pinochet, mas, votaram desse jeito como repúdio a essa Constituição, e não abandonam, nem abandonarão as ruas. Votaram, assim, com raiva, como uma forma de repúdio ao governo, que não cumpriu nenhuma de suas promessas. São os que saíram às ruas massivamente para comemorar o resultado das eleições. Mas, também, há uma parcela que votou pela reforma, com a ilusão de que será possível fazer uma nova Constituição, enganado estimulado pelos partidos que sustentaram este regime.

As massas mostraram que não estão dispostas a renunciar à ação direta, pois, pouco mais de 24 horas após o plebiscito,

os pescadores artesanais se levantaram, erguendo barricadas e fechando estradas, contra a imposição de rebaixamento das exíguas cotas de pesca em benefício da grande indústria pesqueira, a mesma que depredou o mar por dezenas de anos. Isto indica que o referendun e a embriaguez eleitoral dos bastardos politiqueiros não conseguiram cegar os oprimidos.

O plebiscito e a realização da Constituinte não encerram o profundo impasse político, agravado pela crise econômica capitalista mundial e a pandemia, que exigem respostas hoje, exigem solução imediata ao enorme desemprego, aumento das demissões e endividamento familiar.

A rebelião popular e a convocação para reformar a Constituição provocaram enfrentamentos políticos, que levaram à ruptura da coalisão da ultradireita e a direita governante com a centro-esquerda opositora.

A substancial armadilha da reforma

Está estabelecido, na lei 21.200, no seu artigo 135º, que “no essencial do modelo neoliberal não se mexe”.

Os 155 constituintes serão eleitos entre os candidatos dos mesmos partidos, que garantiram por 40 anos a Constituição pinochetista, que governaram e fizeram leis, que defenderam e conservaram o regime político de Pinochet.

A criação de mecanismos de participação das organizações sociais e povos preexistentes são uma falácia, porque tudo que discutam e aprovelem não será imperativo, serão considerados apenas como meras opiniões.

Para aprovar qualquer artigo, se precisará de “dois terços” dos votos dos constituintes, impondo-se assim a reacionária política dos “consensos”. Este argumento será utilizado pelos constituintes de “esquerda”, para justificar os votos que cedem, diante das pressões do grande capital.

A “paridade de gênero” é outra armadilha para confundir o significado das enormes mobilizações e lutas do movimento de mulheres nos últimos anos. É necessário enfatizar que, se não se liquidam as bases essenciais da opressão capitalista, não



Essa votação e o processo constituinte NÃO conseguirão deter a rebelião, que estourou em 18 de outubro de 2019.

haverá como liquidar a opressão da mulher. As convencionais mulheres serão parte das chapas dos partidos que governaram com a Constituição pinochetista, e que garante a opressão de uma ultra minoria capitalista sobre a imensa maioria, cada vez mais oprimida.

Nenhum papel escrito pode transformar as relações sociais, não pode acabar com um regime político. Sempre é o contrário, no Chile e no mundo inteiro. As Constituições sempre expressam o que previamente a luta de classes resolveu. A Constituição de Pinochet não teria existido, se previamente não tivesse ocorrido o sangrento pinochetaço, a grande derrota do povo chileno e latino-americano, com forte intervenção do imperialismo ianque, apoiando as direitas, os setores mais poderosos da burguesia e seus meios de comunicação. Mentem aqueles que dizem que “a sociedade chilena reinicia sua transição para a democracia”. A democracia burguesa sempre é ditadura do capital, das multinacionais e das 7 famílias donas de tudo.

Há aqueles que pretendem, mediante a reforma da Constituição, conquistar uma legitimidade que lhes foi questionada

(por seu vínculo com a ditadura), e dar um passo adiante no fortalecimento institucional do regime. Essa origem não pôde ser alterada, com as reformas de Lagos em 2005, e tampouco será alterada com as reformas que se introduzirem.

Mentem aqueles que afirmam que “se acabará com a Constituição de Pinochet” ou se “liquidará a Magna Carta de 1980 elaborada pela ditadura”. Mentem sabendo que o essencial daquela Constituição não pode ser alterado. O Partido Socialista (OS), Partido Comunista Chileno (PCCH) e a Frente Ampla (FA) trabalharam para criar a ilusão de que é possível consegui-lo nesta Convenção. À sua politicagem, opomos a ação revolucionária das massas.

O fim definitivo da Constituição de Pinochet só poderá ser obra de uma revolução social, que acabe com a dominação das multinacionais, dos grandes grupos que concentram os meios de produção, expropriando-os, recuperando todos os recursos para nossa sociedade.

Vitória da democracia? Que democracia?

Piñera disse: “Hoje a voz de todos os cidadãos se ouviu com a mesma força, e cada voto teve o mesmo valor. Prevaleceu a unidade sobre a divisão e a paz sobre a violência. É o triunfo de todos os chilenos (...)”. É a mesma mentira que a burguesia repete em toda parte. O voto está condicionado, porque a reforma está condicionada. E nunca o voto do desempregado, do trabalhador mal pago, vale o mesmo que o do empresário, que tem o poder real. Isso porque são os capitalistas que têm o domínio dos meios de comunicação, que dispõem de dezenas de milhões de dólares, para fazer campanha em defesa do essencial de sua Constituição. Com eles não há unidade possível. Tudo nos divide.

A politicagem oficial e opositora quer nos fazer crer que o que as mobilizações demandam é mais participação e debate dos problemas. Mas o que as mobilizações demandam é acabar com este regime de opressão insuportável.

Não confundimos a atitude dos votantes com o discurso, com a utilização mentirosa e fraudulenta, que fazem os politiquinhos de direita e de esquerda. A esquerda que compôs a Unidade Popular (UP) e que participou dos governos da Concertação e da Nova Maioria, ou os “novos” frenteamplistas, todos obedientes da ordem neoliberal.

Devemos agitar uma campanha permanente e incansável pelas reivindicações centrais, que temos demandado durante anos, e que não podem ser incluídas na reforma constitucional

Com a finalidade inadiável de politizar a vanguarda, que combateu sem descanso, que ocupou a primeira linha de combate, que levantou as assembleias populares e cordões de assembleias, aquela que sente diretamente a traição eleitoreira, utilizada pelo estalinismo do PCCH e pela Frente Ampla – que criaram grandes ilusões para desmobilizar –, chamamos a lutar pela independência de classe diante da burguesia e seus lacaios, os políticos burgueses.

Essa votação e o processo constituinte NÃO conseguirão deter a rebelião, que estourou em 18 de outubro de 2019. Esta prossegue seu curso, com a finalidade de conquistar:

- A estatização das AFPs sob o sistema de repartição solidário, com uma aposentadoria mínima igual ao salário míni-

Adquira com o distribuidor de Massas:

40 anos do Golpe militar no Chile

R\$6

Boletim do

Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Publicação do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional - Versão em Português - Setembro de 2019 - R\$ 6,00

40 anos do golpe militar no Chile, é necessária e imprescindível a criação do Partido Operário Revolucionário

Textos: POR - Chile, Argentina, Bolívia e Brasil

- mo do trabalhador da ativa;
- Por um sistema de saúde e educação únicos, estatal e gratuito;
- Recuperar a água para todos os chilenos, expropriando sem indenização os que usufruíram desse vital elemento durante longas décadas;
- Lutar pela recuperação dos bosques, montanhas, rios e o mar;
- Recuperar e expropriar sem indenização todas as terras usurpadas da nação-classe Mapuche, recuperação de sua autodeterminação, respeito absoluto de suas autoridades ancestrais, liberdade a todos os presos Mapuches, que lutam pelos direitos conspurcados pelo Estado chileno;
- Levantar como reivindicação essencial que o salário mínimo seja suficiente para cobrir os gastos com alimentação, vestuário, habitação, locomoção, e que o Estado garanta a saúde e educação gratuitas.
- Estatizar sem indenização as grandes empresas extrativas multinacionais, que destroem o meio ambiente;
- Proteção e criação de uma forte indústria nacional, que satisfaça o mercado interno e exporte o excedente;
- Liberdade de todos os presos por lutar, catalogados como delinquentes, embora os verdadeiros delinquentes sejam os políticos, responsáveis pela repressão, aos quais devemos processar e punir nos tribunais populares de justiça;
- Construção e recuperação dos sindicatos, que preservem uma política sindical independente da arbitragem patronal, com a finalidade de livrar-se da burocracia estatizada.
- A classe operária e todos os trabalhadores dos serviços devem construir sindicatos nacionais por ramo de atividade, recuperando o método operário, que baseia sua organiza-

ção na democracia sindical, unificando suas lutas na defesa do emprego e do salário. Essa arma unitária nos protegerá da política burguesa, que se introduz em nossas organizações, e nos apoiaremos nas políticas revolucionárias da classe operária, porque a classe operária precisa fazer política, sua política.

Impulsar e promover a tática que leva à consumação da nossa estratégia revolucionária, que é a tomada do poder, que é lutar para que os grandes meios de produção sejam expropriados, transformados em propriedade social, sob controle operário coletivo.

No capitalismo, é impossível aplicar todas estas medidas. Só podem ser assumidas por um governo operário e camponês, da grande maioria oprimida da cidade e do campo. Dessa forma, a grande e heroica luta das massas conquistará a democracia pela primeira vez, e liquidará todo tipo de opressão política e social no país, acabando de vez com a ditadura do capital no processo internacional dos levantes. Pela revolução e ditadura proletárias!

Convocamos os jovens revolucionários, que se temperam como vanguarda na luta de classes, a assumirem a grande tarefa de construir o Partido Operário Revolucionário no Chile, como parte da tarefa de colocar em pé o Partido Mundial da Revolução Socialista, tarefa encarnada pelo CERQUI, corrente revolucionária consequente com os fundamentos do marxismo-leninismo-trotskismo.

CERQUI (Comitê de Enlace pela Reconstrução
da IV Internacional)
2 de novembro de 2020

Os centristas e o plebiscito do Chile

Com mais de 78% dos votos (5.884.076), se impôs, no plebiscito de 25 de outubro, a proposta de convocar a eleição de 155 constituintes (*"Aprovo"*), para redigir uma nova Carta Magna, para 11 de abril de 2021, sob a forma de uma "Convenção Constitucional", com composição paritária (entre 45% e 50% de mulheres) e constituintes eleitos pelo voto direto e universal. Foi, portanto, derrotada a proposta do governo e de parlamentares, de convocar uma "Convenção Mista" (50% eleitos e 50% parlamentares, bem como a campanha pelo *"Não Aprovo"* (21%), organizada pela ultradireita fascizante.

Ainda falta muito caminho por percorrer. Depois de eleitos, os constituintes terão um ano para elaborar o texto, que deverá ser aprovado em plebiscito, de carácter vinculante. Aprovada, a nova Constituição começará a vigorar no final de 2022. Até lá, sem dúvida, a burguesia e o governo avançarão ainda mais nas contrarreformas e na militarização da política burguesa. Um mês depois do levante, em dezembro de 2019, foi ampliada a "lei antiterrorista", que agora poderá criminalizar as barricadas de rua e greves em setores estratégicos da economia.

O essencial reside em que, ao preço da derrota eleitoral, a burguesia conseguiu evitar que as massas – que, no ano passado, com sua luta, abriram uma situação pré-revolucionária – pudessem dar um salto na luta política contra o regime. Cumprira-se assim o "Acordo pela Paz Social", produto da coalizão do partido de direita do presidente (Vamos Chile) com a Nova

Maioria (democratas cristãos), a Frente Ampla (coalização de legendas), o Partido Socialista (PS) e o Partido Comunista do Chile (PCCH).

Eis como a oposição e situação burguesas – a ultrarreacionária UDI, pinochetista, negou-se a assinar o acordo –, apoiadas na política de conciliação de classes de socialistas e estalinistas, impuseram seu objetivo, de utilizar o plebiscito para desviar as massas das lutas nas ruas, dos métodos de ação direta, para as urnas, os debates eleitorais e a concorrência pela formação de listas e chapas. Isso explica por que, ainda que o plebiscito expressasse o repúdio ao regime em decomposição, sem sua direção revolucionária, as massas seriam, finalmente, arrastadas por trás da saída burguesa à crise de poder.

A lei 21.200, que fixa os marcos jurídicos e legais das mudanças na nova Carta Magna, assinala que *"A Convenção não pode intervir ou exercer qualquer função ou atribuição de outros órgãos ou autoridades estabelecidas nesta constituição ou nas leis"*. Isto quer dizer que a nova Constituição não poderá alterar o funcionamento e estruturação de instituições, tais como exército, carabineiros, poder judiciário, etc. Tampouco poderá alterar ou anular tratados comerciais e diplomáticos existentes. Por cima da futura Constituinte, paira ainda o teto dos 2/3 dos votos, para que sejam aprovadas as novas leis. O que será utilizado pelos partidos burgueses, para impedir que se mudem as bases materiais e jurídicas sobre as quais paira o poder dos

monopólios. A manobra se complementa com a unificação de distritos eleitorais (que diluem os votos de partidos recém-formados), e os empecilhos para legalizar partidos ligados a setores que participaram do levante de 2019. Ou seja: a Convenção Constituinte não terá soberania, para moldar as bases materiais, sociais e políticas do país; não será “livre” para decidir o que mudar a estrutura do Estado; e nada terá de democrática, para expressar a real vontade popular.

Somente uma revolução proletária, que exproprie os grandes meios de produção, e os transforme em propriedade social, e afirme o domínio político do proletariado por meio de sua ditadura de classe, permitiria às massas oprimidas redigirem uma nova Constituição, que expressaria as bases materiais e objetivos históricos de uma nova sociedade. De forma que, enquanto se mantiver em pé o regime burguês no Chile, a Constituição refletirá sempre o domínio da grande burguesia e a opressão imperialista – ainda que com formas legais e recursos jurídicos mais suavizados que os da ditadura pinochetista.

Bastava partir dessa premissa, baseada na experiência histórica, e compreender o real conteúdo do levante operário e popular, para que os partidos e correntes que se reclamam trotskistas chamassem a boicotar o plebiscito, convocando os explorados a confiarem apenas em suas próprias forças e métodos de luta. Mas, todos os revisionistas do marxismo falharam em cumprir a elementar tarefa de ajudar a vanguarda e os setores mais avançados das massas a avançar na sua independência política.

O MIT, seção chilena da LIT, apesar de afirmar que a Assembleia Constituinte constituía “uma armadilha”, e que se tratava de dar “uma luta muito forte que passa centralmente pelas ruas, FORA do processo eleitoral”, acabaria por caracterizar que “todo mundo está legitimando esse

processo de votação” Dessa constatação, extraíram a necessidade de utilizar as eleições para constituintes como “tribuna” para projetar a luta “revolucionária” do ano passado. E correram assim a coletar assinaturas para contar com candidaturas “operárias” e “populares”, sob a palavra de ordem de “impulsionar um plano de emergência diante da crise, através do mecanismo de uma democracia real, uma democracia onde a classe operária ... e o povo tenham o poder em suas mãos”.

O Partido de Trabalhadores Revolucionários – PTR (seção da Fração Trotskista-Quarta Internacional) – chamou a votar pelo “Aprovo”, e a votar contra os dois formatos de Constituinte, fixados no plebiscito. Segundo explicaram, “a população apenas poderá redigir um novo texto constitucional, não podendo decidir sobre nada mais”. De forma que se trataria de lutar por uma “Assembleia Constituinte Livre e Soberana”. Mas, como não há como impor essa Constituinte (uma criação da cabeça dos morenistas), passam a justificar a participação da Constituinte sob direção da burguesia, dizendo que “no marco de uma etapa

pré-revolucionária de tempos extensos”, haverá “momentos ‘constitucionais’ e parlamentares combinados com as ruas, com luta de classes e crise política”. Eis como chegam à proposta da “Frente de trabalhadores e da esquerda anticapitalista”, visando a conquistar “candidaturas de trabalhadores”, para as eleições dos constituintes de abril do ano que vem.

Para a Esquerda Marxista (seção da Corrente Marxista Internacional), em 15 de novembro de 2019, “com o presidente Piñera pendendo por um fio” e presentes “germes de poder dual”, o regime lançou “mão do último recurso que tinha ao seu alcance para a salvaguarda do regime democrático-burguês”. De forma que a Constituinte serviria para “semear ilusões nos trabalhadores de que a simples mudança de uma velha Constituição por uma nova, por si só, é capaz de resolver as angustiantes demandas que levantaram todo o país”. Diferentemente, convoca a “que a classe trabalhadora

tome o poder e destrua todos os vestígios do sistema capitalista ... expropriando os capitalistas”. Mas, “Para isso, é necessária a existência de um partido revolucionário de massas”. Como esse “ainda não existe, o que se evidenciou na ausência de direção do movimento insurrecional de outubro”, a EM se diz favorável a “qualquer avanço concreto na luta por melhores condições de vida para os trabalhadores”. E uma vez que “O centro da atenção da luta política é agora o plebiscito”, propõe “dirigir um duro golpe ao conservadorismo pinochetista, ganhando com uma esmagadora maioria a favor da opção ‘Aprovo’”. Seguindo esse raciocínio, chega ao “entendimento” da importância das eleições para constituintes, para eleger “os candidatos que representem os interesses da classe trabalhadora e que defendam os princípios básicos que uma nova Constituição” deverá favorecer aos explorados e oprimidos. Como se vê, a EM salta do esquerdismo verbal ao oportunismo prático.

Para a corrente chilena ligada ao Partido Operário – PO (Argentina) –, “a

alta participação”, o triunfo do “Aprovo” e o formato da “Convenção Constituinte” demonstraram que as massas viam no plebiscito um “produto de sua própria rebelião”. Eis por que se orientou pelo “Aprovo”, que, segundo PO, se constituiria em uma derrota do regime. Mas, depois advertem que a Convenção seria condicionada pela burguesia e cheia de armadilhas legais e jurídicas. O essencial, porém, estaria em que “as massas não esperam da constituinte uma simples mudança de letras, mas uma saída de fundo aos problemas sociais”. De forma que se devia “aprofundar” essa tendência pela via da luta de classes, “até que caia Piñera”, e se imponha “uma Constituinte verdadeiramente livre e soberana”, visando a “reorganizar o país sobre outras bases sociais”. E visível o tosco jogo de palavras, para justificar a capitulação diante das manobras da burguesia em desmontar o movimento revolucionário das massas.

Os centristas reconhecem que a Constituinte é uma armadilha, e que não resolverá os problemas e necessidades das massas. No entanto, para justificar sua participação eleitoral (tanto

O certo é que a Constituinte, da qual os centristas querem participar, servirá à burguesia para preservar seus interesses, bem como para iludir as massas com falsas promessas de mudança. É evidente que a consigna de “Assembleia Constituinte” defendida pelas massas refletia seu profundo ódio ao regime. Mas, o dever da vanguarda era e é dizer que se apropriavam dessa palavra de ordem burguesa, porque não contavam com um partido revolucionário na direção do levante, não podendo assim lutar sob um programa e uma estratégia própria de poder.

no plebiscito, quanto nas eleições para constituintes), recorrem a destacar a “massiva” concorrência das massas às urnas, para concluir que estariam utilizando a campanha pela eleição dos constituintes como uma “tribuna revolucionária”, ajudando assim as massas a abraçarem a luta pelo “Governo dos Trabalhadores”. O essencial da política dos centristas se condensa, assim, na defesa da possibilidade de impor, por cima da economia e das relações de produção capitalista, uma Constituinte “livre e soberana”, que leve a um indecifrável governo dos trabalhadores.

O certo é que a Constituinte, da qual os centristas querem participar, servirá à burguesia para preservar seus interesses, bem como para iludir as massas com falsas promessas de mudança. É evidente que a consigna de “Assembleia Constituinte” defendida pelas massas refletia seu profundo ódio ao regime. Mas, o dever da vanguarda era e é dizer que se apropriavam dessa palavra de ordem burguesa, porque não contavam com um partido revolucionário na direção do levante, não podendo assim lutar sob um programa e uma estratégia própria de poder.

É falso também afirmar que “todo mundo está legitimando esse processo de votação”. Mais de 50% da população não participaram do plebiscito, como, aliás, não vêm votando nas eleições há mais de 15 anos. Mesmo o conceito de legitimidade é próprio da democracia forma burguesa. Mas, os centristas não se veem na obrigação de explicar esse massivo abstencionismo, nem de constatar se reflete a ausência de ilusões democráticas na maioria das massas.

Está aí porque a “política realista” da burguesia se serve hoje do utopismo pequeno-burguês, para arrastar um setor da vanguarda por trás da saída capitalista da crise. Eis porque

também a tática dos centristas nada tem a ver com a tática leninista de participação ou boicote, aplicada segundo favoreça o avanço da independência de classe e fortaleça a mobilização revolucionária do proletariado e demais oprimidos. O que vemos, pelo contrário, é os centristas se acomodarem à contradição, que resulta do atraso político das massas e da ausência da direção revolucionária, visando apenas a criar um aparelho eleitoral próprio. Eis por que se viram obrigados a recorrer à falsificação de que é possível as massas imponham uma outra Constituição, sem alterar o domínio da burguesia na economia e sobre o aparelho do Estado.

(...) a “política realista” da burguesia se serve hoje do utopismo pequeno-burguês, para arrastar um setor da vanguarda por trás da saída capitalista da crise.

Nas atuais condições, não apenas nacionais quanto internacionais, isto é, quando se observa que a burguesia monopolista procura usar os métodos democrático-burgueses para abortar a retomada da luta das massas, que se projetam em choque contra as contrarreformas do imperialismo, a vanguarda estava obrigada a chamar pelo boicote à Convenção Constitucional.

Essa orientação esteve presente na forma de propaganda e agitação na intervenção do Comitê Construtor pelo Partido Operário Revolucionário do Chile. Somente o POR (até onde sabemos) defendeu rejeitar as armadilhas da Constituinte, sob a tática de projetar os explorados a lutarem pela tomada do poder pelo proletariado.



Bolívia

A democracia burguesa, uma hipócrita ficção, inviável nos países atrasados como a Bolívia

Na hora de votar, somos todos iguais, nos dizem, sem vergonha alguma, os burgueses e seus acólitos politiqueiros. Para cada cidadão, um voto, para eleger um dos candidatos que a classe dominante nos apresenta, das mais diversas matizes. Na verdade, se elege o verdugo de plantão: esquerdistas reformistas para enganar os explorados, passando por “democratas” ortodoxos, que proclamam a necessidade de garantias para a pureza do voto, do diálogo entre irmãos, etc. até racistas reacionários, que acreditam que o padre que reza pelos pobres, ou tem pena dos indígenas, é um comunista.

A mais avançada democracia formal é uma ditadura da burguesia sobre os trabalhadores e o conjunto das massas oprimidas, porque a sua função não é outra que a de preservar os interesses dos exploradores: a sacrossanta propriedade privada destes

sobre os grandes meios de produção. É evidente que não pode existir uma sociedade de homens iguais e livres, se a sociedade está dividida em classes exploradas e exploradoras.

Nos países de capitalismo atrasado, a democracia formal burguesa, com os seus princípios liberais do exercício da vontade cidadã, por meio da pureza do voto, da separação dos poderes independentes – Executivo, Judiciário, Legislativo e Eleitoral –, do respeito às leis consagradas constitucionalmente etc., somente se sustenta como uma grande caricatura.

Aqui, invariavelmente, se impõe da maneira mais descarada a impostura infame das ambições de distintos grupos de poder por assaltar o governo, para se enriquecerem às custas dos escasos recursos do Estado.

Desde a fundação da Bolívia, a proposta liberal da efetivação

da pureza do sufrágio universal e da separação dos poderes tem sido materialmente impossível de se concretizar. O suborno, as fraudes, o poder do dinheiro para comprar consciências e dirigir, em um ou outro sentido, a opinião pública, através dos meios de comunicação, as denúncias dos perdedores, acusando os outros de violentar os sagrados princípios democráticos, têm sido uma constante, que põe em evidência a inviabilidade da democracia formal burguesa, em meio a uma sociedade em que as massas empobrecidas, cheias de necessidades materiais, frequentemente, buscam a solução dos seus problemas pela via da ação direta, diante dos governos incapazes de responder as suas demandas, e menos ainda capazes de realizar a tarefa pendente de retirar o país do atraso e da miséria.

De um modo geral, dentro da ditadura de classe, que é a democracia formal, os interesses dos possuidores da propriedade privada se encontram expressos no ordenamento jurídico imperante, que o Estado impõe, na defesa da burguesia. Inclusive quando, para preservar os interesses gerais da classe dominante, se tomem algumas medidas reguladoras, que se chocam com os interesses particulares de alguns empresários.

Toda a farsa democrática burguesa se mostra evidente quando, nem bem foram divulgados os resultados a favor do MAS,

a justiça que, até a véspera, seguindo as ordens do governo de transição, havia aberto processos penais contra os massistas do governo anterior, agora, mais que depressa, suspende as ordens de prisão: ou quando os racistas, que seguem o fascista Camacho, prometendo uma “nova forma de governo democrático”, agora clamam nas portas dos quartéis que os militares intervenham para evitar que o MAS retorne “democraticamente” ao poder; ou quando, já antes do novo governo tomar posse, o Parlamento, que finaliza o seu mandato, dominado pelo MAS, assegura a governabilidade, eliminando o requisito dos 2/3 do regulamento interno, substituindo-o pela exigência de maioria absoluta, etc.

O proletariado e os oprimidos em geral, se realmente querem ser livres, não podem ser arrastados por trás das lutas dos politiquinhos da burguesia, a título de defesa da “democracia” dos ricos.

A luta pela vigência das garantias democráticas para os explorados deve se subordinar à finalidade estratégica do proletariado. Do contrário, os “revolucionários” concluem como reformistas, colaboracionistas dos exploradores.

(Extraído do Jornal Massas, de 2 de novembro, órgão do Partido Operário Revolucionário da Bolívia)

Argentina

A Frente de Todos, valente contra os sem-teto e covarde diante das imposições do grande capital: Fora Berni!

A ocupação de terras em “Guernica”, tal como as que ocorrem em outros pontos do país, e as que ocorreram nas últimas décadas, reflete a crise estrutural da habitação, uma questão essencial, que se agrava sob todos os governos.

As cifras oficiais mencionam um déficit de 3,8 milhões de habitações dignas, (2,1 milhões com carências essenciais, e mais 1,7 sem habitações).

1,4 milhão vive em condições de aglomeração crítica; quase 1 milhão de pessoas não têm acesso a água potável dentro de seus lares; 34% não têm esgoto; 8,1% vivem cercados de lixo e 13,4% em zonas alagáveis.

Uma política encaminhada a resolver este drama social requer que, a cada ano, se construam entre 300 e 500 mil habitações, atendendo de início os casos mais graves. Uma obra dessa magnitude não pode ficar nas mãos da iniciativa privada, que não tem o menor interesse em resolver a situação, como já ficou demonstrado. Deve ser uma política de Estado, com um plano de obras públicas de longo prazo.

Qual foi a resposta do governo de Kicillof? Tentar dividir os ocupantes, pressioná-los individualmente, comprar sua vontade, prometendo realocação e subsídios. Dessa forma, chegaram a um acordo com 700 famílias, tentando isolar e enfraquecer os mais combativos. Havia ainda centenas de famílias negociando. A decisão do governo sempre foi acatar a ordem de despejo da justiça oligárquica.

Ficou, assim, evidente que não havia nenhum plano prévio, sério, para resolver o déficit habitacional e ficaram também

evidentes as limitações do governo para resolvê-lo, quando estourou o problema. Agora, saem a “procurar lotes”, um plano absolutamente miserável, incapaz de resolver o problema.

Poderia resolvê-lo? O governo tem todos os recursos para confiscar ou expropriar esses terrenos ou outros próximos, para dar uma resposta à reivindicação genuína, indiscutível dos ocupantes. Mas, mesmo diante de uma emergência, não está disposto a se chocar com a propriedade privada. Uma propriedade destinada à especulação imobiliária, para futuros bairros fechados, que sequer tem legalizada a sua titularidade. Não há vontade política do governo para resolver os problemas, porque suas políticas estão amarradas aos acordos com o FMI e o capital financeiro parasitário.

Diante da notória incapacidade, recorrem a todo tipo de justificativas, acusando a esquerda, setores radicalizados que “atrapalham as negociações”. Culpam a justiça, como se não soubessem antecipadamente seu caráter oligárquico burguês, e o papel desempenhado pelos meios de comunicação. A brutal repressão foi preparada com muita antecedência, ameaçando deflagrá-la desde o primeiro dia. As retroescavadeiras e os incêndios das moradias precárias são um símbolo, que não poderão apagar.

Kicillof colocou Berni à frente da segurança e, mesmo mantendo um discurso fascista, foi confirmado no cargo. Não se limitou a reprimir os mais miseráveis, mas, se avalentou, e se gabou do que fez em nome da defesa da grande propriedade. Filmou de helicóptero a operação, para usar as imagens como propaganda

de sua ação. Dessa forma, tratam os mais pobres, os que, de acordo com o governo, seriam os primeiros a serem atendidos. 4.000 policiais na madrugada, para despejar as famílias!

É uma estupidez insistir que foi o promotor Condomí Alcorta quem tomou a decisão, e que não era possível desconhecer. Eles próprios afirmam que era uma provocação. Cada vez que o poder real lhes aperta, eles se ajoelham e repetem, “não havia outro caminho...”, “há que respeitar a institucionalidade”. São vulgares serviços desse poder, que não se atrevem a questionar.

Essa ação expõe o caráter do governo: valente contra os sem-teto, covarde diante das imposições do grande capital, dos bancos e dos que saquearam o país. Por que não mandam as retroescavadeiras e 4.000 policiais rodear os quatro quarteirões do centro portenho, onde se concentram os que saquearam e expatriaram as divisas do país? Acaso não existem provas suficientes dos seus crimes? Além dos discursos, a realidade é que governam a serviço deles.

Diante da dramática situação que se vive, as ocupações se estenderão. O governo tentou dar uma mensagem exemplar, com mão de ferro. Para os mais ricos, a garantia de que sua propriedade e seus interesses serão defendidos. Para os mais pobres, pauladas e balas.

A ocupação do “Guernica” evidencia a importância dos métodos de luta, organização coletiva e ação direta. Esse é o caminho para impor direitos, em face da atitude das direções sindicais, políticas e sociais, que se subordinam à política pró-imperialista do governo.

SIM, o problema é a propriedade privada. Pois, é proclamado como direito consagrado na Constituição, por cima do direito à vida, ao trabalho, ao salário, à habitação. A propriedade da terra se choca com os direitos da maioria oprimida.

Não há vontade política dos governos para resolver este drama social. Existem leis que estabelecem que uma quantidade de terras e recursos devem ser destinados a resolver o problema, mas, são letra morta. São os proprietários de terras, as imobiliárias, os conglomerados da construção civil que se opõem à solução do problema.

No orçamento, aprovado nestes dias, não há medidas estruturais para começar a resolver o drama da habitação, só migalhas. “O plano de integração de bairros populares, contemplado no Orçamento de 2021, implica que as favelas só acabariam de ser urbanizadas em 40 anos”.

É urgente impor um plano de obras públicas, sob controle operário coletivo.

Constituir uma empresa estatal para realizar obras, para que não se perca um único centavo do investimento. Para cumprir com os planos, com a qualidade dos materiais, para gerar postos de trabalho genuínos.

A produção em larga escala permite reduzir os custos. Um problema social desta magnitude não se resolve individualmente.

Preparar os terrenos públicos ou de empresas e instituições estatais, para destiná-los à construção de habitações, confiscando as terras que sejam necessárias.

Construir não menos de 350.000/500.000 habitações, por ano. Isto implica centenas de milhares de metros de tijolos. Toneladas de cimento, quantidade de chapas, de aberturas, fios, canos, vigas, tanques, sanitários, eletrodomésticos, esgotos, instalações de gás, de energia elétrica, de água corrente, etc.

Faz décadas que os governos burgueses abandonaram os planos de construção massiva de habitações. Por quê? Porque a ordem neoliberal era deixar tudo para a iniciativa privada,

É necessária outra política, de outra classe, proletária, para dar resposta ao problema. E poderia se iniciar com os planos já elaborados por profissionais e estudantes de arquitetura e engenharia, de como construir massivamente bairros. Faz mais de um século que se elaboraram projetos nesse sentido, de habitações sólidas, mas econômicas, (não cascas de papel).

que só tem iniciativa para construir habitações para os setores com maiores recursos, ou construções para auferir renda.

É necessária outra política, de outra classe, proletária, para dar resposta ao problema. E poderia se iniciar com os planos já elaborados por profissionais e estudantes de arquitetura e engenharia, de como construir massivamente bairros. Faz mais de um século que se elaboraram projetos nesse sentido, de habitações sólidas, mas econômicas, (não cascas de papel).

Denunciamos a cumplicidade da burocracia das centrais sindicais, que deveriam ter convocado uma greve nacional imediatamente diante da repressão. Os sindicatos e a CGT/CTA devem intervir na defesa dos trabalhadores, dos ocupantes, e também para impor uma política de caráter estrutural, que resolva o problema essencial. Devem romper com o governo e os banqueiros, devem romper com os grandes capitalistas nacionais e estrangeiros. Para isso, precisamos recuperar os sindicatos, as centrais, os movimentos de desempregados, para travar a luta.

Extraído do Jornal Massas, nº 381, órgão do Partido Operário Revolucionário da Argentina

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Polônia

Tendências de luta das massas polonesas

Centenas de milhares de poloneses, em sua maioria mulheres, tomaram as ruas, durante duas semanas, contra o endurecimento da lei contra o aborto do país. O novo passo foi dado pela Justiça, em 22 de outubro, quando ampliou as restrições à interrupção da gravidez, nos casos em que o feto apresente deformações irreversíveis. Na Polônia, vigorava até então apenas o aborto nos casos de anomalias fetais, ameaça à saúde da mãe, ou em caso de incesto ou estupro.

O governo direitista, obscurantista e nacional-chauvinista do partido “Verdade e Justiça” (PiS), finalmente, decidiu retirar a medida, e abrir caminho a uma negociação dos alcances da lei. Tratou-se de uma manobra para desarticular as maiores e mais amplas mobilizações, após a queda da URSS. Ocorre que a lei atingia 97% dos casos dos abortos legais (2 mil ao ano). Mas, a informação é de que são mais 200 mil abortos clandestinos, por ano, que se realizam no país ou no estrangeiro. Como se vê, trata-se de um problema de grandes proporções, e que desencadeia, há mais de cinco anos, periódicas mobilizações massivas das mulheres em favor da legalização do aborto.

O aspecto fundamental das mobilizações reside em que as massas femininas, em luta pelos seus direitos democráticos, entraram em choque com as tendências reacionárias e obscurantistas, que vêm desmontando, uma após outra, as conquistas legais e civis que resultaram da expropriação da burguesia e proclamação da República Popular da Polônia..

Com a derrocada a burocracia estalinista e reinstalada a burguesia polonesa no poder do Estado, houve uma ofensiva reacionária, liderada pela Igreja Católica, para restaurar o obscurantismo, como parte do aparelho de dominação ideológico do aparelho de Estado. A reconstituição da

burguesia polonesa abriu caminho ao reacionarismo religioso, que teve um papel destacado na organização e direção política do movimento que levou, em 1982, à destruição das bases materiais do Estado operário, que nasceu burocratizado.

A mobilização pelo direito ao aborto tem confluído com as greves operárias e do funcionalismo, contra o avanço dos ajustes ditados pelo imperialismo, a redução dos salários, o crescimento do desemprego e a destruição de direitos. De forma que a ofensiva contra os direitos das mulheres é um elo na cadeia das contrarreformas e ataques às massas. O que explica, por sua vez, porque as mobilizações não se restringem tão somente aos protestos contra as medidas obscurantistas do governo. Até camponeses se manifestaram contra as medidas do governo, que aprovou uma série de leis, que atingiram a produção de peles e derivados, uma das mais lucrativas no comércio com a Europa.

Em resumo: a luta pelos direitos das mulheres e a mobilização dos explorados refletem as tendências instintivas das massas em reagir às chagas, que decorrem da restauração capitalista, e do avanço da desagregação do capitalismo. Por sua vez, a crescente e massiva rejeição à Igreja Católica e à sua interferência nos assuntos do Estado indica o esgotamento de sua influência, para impedir o avanço da luta das massas pelos seus direitos e reivindicações mais imediatas. O problema, porém, reside em que as massas polonesas padecem da ausência de uma direção revolucionária, que lhes permita se elevar à compreensão da necessidade de combater o governo servil, romper com o obscurantismo religioso, e enfrentar o processo de restauração capitalista, assimilando o programa e os métodos da luta de classes.

À vanguarda com consciência de clas-

se, está colocada a tarefa de compreender que as mobilizações na Polônia, com suas consignas imediatas, têm por conteúdo histórico a luta das massas contra o capitalismo apodrecido. As ilusões no processo de restauração vêm se esgotando. Cabe esclarecer os elos da decomposição da Polônia capitalista com a destruição das conquistas dos explorados no período da Segunda Guerra. E elevar a consciência política das massas – ainda presas a um anticomunismo clerical, que ganhou expressão com a rejeição da classe operária aos métodos totalitários do estalinismo.

Somente assim irão se recuperar as raízes do internacionalismo proletário, e retomar o programa da revolução proletária, única via para derrotar definitivamente as tendências chauvinistas e fascizantes. Somente assim, recuperar-se-ão as tradições revolucionárias do povo polonês, que lhe permitirão avançar à construção do partido marxista-leninista-trotskista.

É parte dessa tarefa a crítica programática e histórica, não apenas ao estalinismo contrarrevolucionário, como particularmente ao movimento restauracionista, liderado por Karol Wojtyla (Papa João Paulo II) e o operário, servil da Igreja, Lech Walesa, líder e fundador do sindicato Solidarność (Solidariedade), que ascendeu como primeiro presidente da república burguesa restaurada da Polônia, após se ter convertido no coveiro da extinta República Popular da Polônia.

O movimento das mulheres pelo direito ao aborto somente imporá uma derrota ao governo e aos clericais, caso se funda com a luta do proletariado pela retomada das conquistas. A burguesia não fará nenhuma reforma progressiva pelo fim da opressão sobre a mulher. Ao contrário, se oporá violentamente à luta pelo fim das discriminações e da libertação da prisão familiar. A vanguarda feminina tem a tarefa de demonstrar que a velha opressão da mulher tem raízes profundas nas sociedades de classe. Somente a abolição da propriedade privada dos meios de produção e a edificação da propriedade social permitirão ir às últimas consequências nos direitos e igualdade com os homens.

Publicado o livro:

**REPOSTA MARXISTA
ÀS OPRESSÕES**

As distintas opressões têm em comum a raiz de classe da opressão social. As suas particularidades exigem respostas que levem ao programa da revolução proletária. Este livro sustenta essa premissa marxista, que se choca frontalmente com o conservadorismo e o reformismo burgueses.

**RESPOSTA
MARXISTA
ÀS OPRESSÕES**

R\$ 35

ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR

COMBATER O NOVO GOVERNO NO CAMPO DA LUTA DE CLASSES

Destacaram-se, nestas eleições, não apenas o fato de ser uma das mais acirradas e conturbadas politicamente, mas também por se constatar o maior comparecimento de votantes em toda a história eleitoral dos EUA. Joe Biden superou a afluência às urnas, que deram a vitória a Barack Obama, no seu primeiro mandato. Mas, Trump, não apenas manteve o seu eleitorado, como o elevou em milhões de votos. A retórica de republicanos e democratas, de apresentarem as eleições como decisivas entre a democracia e o autoritarismo (Biden), entre a defesa do modo de vida americano contra o socialismo e a desagregação social dos EUA (Trump), penetrou fundo nas bases sociais de cada um dos dois grandes partidos da burguesia. Essa oposição serviu como cortina de fumaça para a questão central: o governo Trump se esgotou na sua forma, mas não no seu conteúdo: sua política unilateralista e de guerra comercial é a que corresponde à crise mundial e aceleração da decomposição capitalista. Por isso, o Partido Democrata escolheu, dentre os pré-candidatos, o mais próximo à política de Trump. O que, de um lado, arrebanhou apoios republicanos; de outro, estabeleceu uma indiferença perante as massas, que se dividiram entre ambos.

As convulsões sociais deste ano, a desagregação econômica, a perda de empregos, a crise sanitária e seus trágicos efeitos na população, alavancando a fome e as mortes, permearam a campanha eleitoral. As massas foram arrastadas por trás das ilusões democráticas de que seu voto permitiria resolver as graves contradições, que se acumularam na economia e que se manifestaram explosivamente nas relações políticas.

A polarização levou Trump a contestar os resultados eleitorais. A crise política esteve na base da disputa, e tomou grave proporção, diante da denúncia do republicano, de que houve fraude. Seus partidários se mobilizaram em Portland, Detroit, Arizona e Michigan, visando a bloquear a continuidade da apuração. Partidários dos democratas saíram em defesa da lisura do processo eleitoral. No caso dos apoiadores de Trump, trata-se de milícias suprematistas brancas e frações da pequena burguesia branca arruinada, que viam e veem no autoritarismo de Trump uma via de defesa de seus interesses. O choque no seio das massas expressa a divisão que se desenvolve no interior da burguesia imperialista, potenciado com a crise mundial, e a queda do nível de vida da maioria da população.

Uma fração da burguesia norte-americana e mundial quer fazer crer que, com a derrota eleitoral de Trump, se arrefecerão os conflitos internos e externos. As ilusões democráticas nos democratas em torno à pacificação e união dos americanos foram um importante combustível político, que não tem como se sustentar por muito tempo. É preciso conter, por meio de manobras governamentais ou pela força, as tendências da luta de classe, que emergiram sob o governo Trump. Assim como os republicanos, os democratas estarão obrigados a continuar descarregando a crise sobre os explorados, e manter a ofensiva imperialista nas condições objetivas da guerra comercial.

De forma que as massas, que se levantaram contra a fome, o desemprego, a destruição de direitos e contra a violência poli-

cial, serão obrigadas a retomarem os protestos, e o movimento operário terá de continuar com as lutas grevistas. Nessas condições, se abrirá uma via para a vanguarda norte-americana avançar no objetivo da independência política, e lutar pela sua organização como fração revolucionária no seio dos explorados e demais oprimidos. É trabalhando sob o programa, métodos e táticas da luta de classes, que se ajudará a classe operária a se livrar dos condicionamentos da divisão interburguesa. Essa tarefa, que expressa a profunda crise da sociedade norte-americana, exige da vanguarda que retome as raízes do marxismo-leninismo-trotskismo, abandonadas pelo revisionismo.



As massas foram arrastadas por trás das ilusões democráticas de que seu voto permitiria resolver as graves contradições, que se acumularam na economia e que se manifestaram explosivamente nas relações políticas.

Por sua vez, nas nações oprimidas, a vanguarda está obrigada a continuar a luta contra as contrarreformas imperialistas e as desnacionalizações, que vêm marcando a convulsiva situação social no Chile, Equador, Colômbia, Bolívia e Argentina. Nesse sentido, as massas latino-americanas irão comprovar, na própria pele, que a troca de um governo burguês por outro, na maior e mais brutal potência imperialista, não altera suas condições de vida, nem o caráter de suas lutas.

O fundamental para a política revolucionária está em compreender que o mundo atravessa uma etapa de aceleração da crise mundial e de agudização da luta de classes. O proletariado da América Latina pode dar saltos qualitativos na sua independência de classe, desenvolver o combate anti-imperialista e anticapitalista, e conquistar novas posições no caminho de sua independência de classe. Um avanço da luta de classes no continente, certamente, influenciará o proletariado norte-americano. Está aí a importância de dar passos firmes na tarefa de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista: a IV Internacional. Avançando nesse caminho, se criará uma poderosa alavanca para a luta revolucionária mundial dos explorados.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No jornal *Massas* anterior, expusemos o folheto “*Êxitos e Dificuldades do Poder Soviético*”, em que Lênin evidencia a ligação entre as tarefas de construção do socialismo e a importância de se ter fundado a III

Internacional. Entre os dias 2 e 6 de março de 1919, em Moscou, se realizou o Congresso que respondia à falência da II Internacional. A nova organização se erguia sobre os pilares da Revolução Russa. Concretizavam-se as teses de Lênin, de agosto-setembro de 1914, sobre a caracterização de que a direção da II Internacional havia se submetido à política de guerra do imperialismo, cuja conclusão foi a de que soava a hora da vanguarda revolucionária trabalhar pela constituição de uma nova Internacional.

Essa posição foi expressa nas teses “*As tarefas da social-democracia revolucionária na guerra europeia*”, e no Manifesto “*A guerra e a socialdemocracia russa*”. Em meio à destruição provocada pela 1ª Guerra Mundial, não só emergiu o movimento revolucionário na Rússia, como em outros países da Europa. Mas foi o triunfo do proletariado russo que possibilitou o surgimento de uma vigorosa internacional, capaz de jogar uma pá de cal sobre a velha e corrompida II Internacional socialdemocrata.

Em dezembro de 1918, pouco mais de um ano da Revolução de Outubro, Lênin fixou a tarefa da realização de uma conferência internacional, demonstrando que poderia se basear na teoria e prática do bolchevismo, bem como no programa da Liga Espartaquista da Alemanha, cuja posição diante da guerra esteve em consonância com a dos bolcheviques. Elaborou-se uma convocação, denominada “*Ao 1º Congresso da Internacional Comunista*”. Em janeiro de 1919, Lênin a colocou em consideração em uma Conferência de representantes de vários partidos comunistas e grupos socialistas de esquerda, que se reuniram com o objetivo de discutir a fundação da III Internacional. A posição de Lênin foi aprovada. O chamado, distribuído em vários países, despertou a atenção da vanguarda revolucionária, que não seguiu os passos da direção traidora da II Internacional.

Assim, em 2 de março de 1919, se iniciava a “*Conferência Comunista Internacional*”, que se tornou no 1º Congresso, contando com a presença de 52 delegados. Lênin apresentou as teses sobre a ditadura do proletariado, na terceira sessão, de 4 de março. Leu e explicou os pontos fundamentais, que foram finalmente aprovados. Nesse mesmo dia, se aprovou uma plataforma, que estabelecia a tese da inevitabilidade da substituição do sistema capitalista pelo comunista, o que expressava a necessidade do proletariado lutar pela derrubada dos governos burgueses, e destruição do Estado capitalista e edificação do Estado soviético, que tinha a função de garantir a transição para a sociedade comunista. Aproveitou-se, também, um Manifesto à classe operária de todo o mundo, chamando a sua atenção para o internacionalismo e o apoio à República dos Soviéticos, contra seus inimigos.

Na abertura do Congresso, Lênin iniciou apresentando uma homenagem à memória dos melhores representantes da III Internacional, Karl Liebknecht e Rosa Luxemburgo, que haviam sido assassinados em 15 de janeiro de 1919. Em seguida, depois que todos se puseram em pé em defesa da firmeza dos revolucionários alemães, Lênin passou a expor o significado do Congresso. Eis: “*Camaradas, esta reunião tem grande importância histórica mundial. É uma prova de que as ilusões que abrigavam os democratas burgueses fracassaram, porque a guerra civil é um fato, não só na Rússia, mas também nos países capitalistas mais desenvolvidos da Europa. (...) A burguesia sente verdadeiro horror, diante do desenvolvimento do movimento revolucionário do proletariado. Isso é compreensível, se levarmos em conta que o desenvolvimento dos acontecimentos, depois da guerra imperialista, favorece inevitavelmente o movimento revolucionário do proletariado, que a revolução mundial se iniciou, e se intensifica em todos os países. (...) O povo tem consciência da magnitude e importância que adquire a luta nesses momentos. Somente é indispensável encontrar a forma prática que permitirá o proletariado implantar o seu poder. Essa forma é o sistema soviético, com a ditadura do proletariado. Ditadura do Proletariado! Até há pouco, essas palavras eram latim para as massas. Graças à divulgação que alcançou no mundo inteiro o sistema dos soviets, esse latim foi traduzido em todos os idiomas contemporâneos, as massas operárias encontraram a forma prática da ditadura. As amplas massas operárias a entendem agora, graças ao poder soviético na Rússia, graças à Liga Espartaquista, na Alemanha, e às organizações semelhantes de outros países, como, por exemplo, os Shop Stewards Committees (Comitês de delegados de fábricas), na Inglaterra. Todos esses fatos demonstram que a ditadura do proletariado encontrou a forma revolucionária, que o proletariado já está em condições de exercer o poder*”.

E continua: “*Camaradas, acredito que, depois dos acontecimentos que tiveram lugar na Rússia, depois da luta de janeiro na Alemanha, é particularmente importante assinalar que a nova forma do movimento do proletariado se está afirmando, e se impõe também em outros países. (...) A burguesia pode ainda atuar com crueldade, pode ainda assassinar milhares de operários, mas a vitória será nossa; a vitória da revolução comunista mundial está assegurada. Camaradas, saúdo cordialmente este Congresso, em nome do Comitê Central do Partido Comunista da Rússia, e proponho que passemos à eleição do presidium. Peço-lhes que apresentem os nomes*”.

Observamos, pela ideia central da abertura do Congresso, que Lênin se empenhava em formular para a nova Internacional a estratégia da ditadura do proletariado, que ganhava concretude com a constituição da democracia soviética e da tomada do poder na Rússia. A estratégia da revolução e ditadura proletárias foi sedimentada como a base da construção do Partido Mundial da Revolução Socialista, que se formava com a III Internacional.

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XXX, Akal Editor)